



Pesquisa
Meio
Aberto

PARTE II: RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO NACIONAL SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO

Boas Práticas no âmbito da Política
de Atendimento Socioeducativo
em Meio Aberto no Brasil



PARTE II: RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO NACIONAL SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO

**Boas Práticas no âmbito da Política
de Atendimento Socioeducativo
em Meio Aberto no Brasil**

Termo de Fomento nº 852508/2017

Março, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Parte II : relatório do diagnóstico nacional sobre
a política de atendimento socioeducativo em
meio aberto : boas práticas no âmbito da
política de atendimento socioeducativo em meio
aberto no Brasil / organização Visão Mundial. --
1. ed. -- Camaragibe, PE : CCS Gráfica, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-992464-7-0

1. Adolescentes - Aspectos sociais - Brasil
2. Adolescentes - Depoimentos 3. Diagnósticos
4. Educação 5. Políticas públicas - Brasil I. Visão
Mundial.

22-111390

CDD-379.260981

Índices para catálogo sistemático:

1. Medidas socioeducativas : Políticas públicas :
Educação 379.260981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

CRÉDITOS	5
SOBRE O PROJETO	7
DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE BOAS PRÁTICAS	8
A SISTEMATIZAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS RECEBIDAS	9
1. RESSOCIALIZANDO COM AMOR E ARTE (GO)	9
2. SOCIOEDUCAÇÃO BASEADA EM PROJETOS (DF)	10
3. TRAMPO NO ROLÊ (DF)	11
4. OFICINA DE ARTE E INTERVENÇÃO URBANA (DF)	12
5. VESTE A VISÃO (DF)	13
6. CUMPRIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NA PANDEMIA DE COVID-19 NO DISTRITO FEDERAL (DF)	14
7. ACOMPANHAMENTO DE SAÚDE (DF)	15
8. ACOMPANHAMENTO IECAP BRASÍLIA (DF)	16
9. HORTA EM PEQUENOS ESPAÇOS – PROJETO VIRUAL SAMAMBAIA (DF)	17
10. MEU PAPEL (DF)	18
11. FUTEBOL NA QUEBRADA (DF)	19
1. COMISSÃO SIMASE RECIFE (PE)	20
2. AUDIÊNCIA COLETIVA DE ENGAJAMENTO DE ADOLESCENTES E JOVENS NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (PE)	21
3. PROJETO: CIRANDA: UMA EVOLUÇÃO PARA A VIDA (PE)	22
4. PROJETO: POR UMA JUVENTUDE EM PAZ E SEGURA (PE)	22
5. PROGRAMA CIDADÃO (PE)	24
6. MANUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO DE FORTALEZA, CEARÁ (CE) ...	25
7. CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA (MA)	26
1. PROJETO DE EXTENSÃO LAÇOS/PUC MINAS (MG)	28
2. PROJETO TRAMPOLIM (MG)	29
3. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E PROTETIVAS (MG)	31
4. RISCANDO O RISCO: O SIGNIFICADO E SENTIDO DAS TATUAGENS EM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI (SP)	33
5. ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO HUMANIZADO E FLEXIBILIZADO (ES)	34
6. ROTA DA CULTURA: PASSEIOS CULTURAIS (ES)	35
1. PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE DA UFRGS – PPSC (RS)	36
2. CARÁTER PEDAGÓGICO E CULTURAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (RS)	37
3. PASSOS E (DES)COMPASSOS – GUIA DE APOIO À MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PR)	37
4. PROJETO “DESPERTAR” (SC)	38
5. OFICINA SOCIOEDUCATIVA VIRTUAL (SC)	39
1. PROJETO APRENDIZAGEM NA MEDIDA (RR)	40
2. REFAZENDO TRILHAS: UM NOVO OLHAR SOBRE A SOCIOEDUCAÇÃO (AC)	41
3. ENTREVISTA DE JUSTIFICAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (RO)	43
4. É POSSÍVEL RESTAURAR O AMOR E A CONVIVÊNCIA HARMONIOSA DOS SOCIOEDUCANDOS (PA)	43

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO

Visão Mundial
Renata Cavalcanti
Welinton Silva

ELABORAÇÃO

Redação Final
Cibelle Dória da Cunha Bueno

REDAÇÃO DAS PROPOSTAS

Adriana Santanna
Aluísio Francisco Arruda
Ana Carolina De Moura Pereira
Ana Clara Mendes
Antônio Renato Gonçalves Pedrosa
Bianca Cristine Gomide Costa
Cristina Campolina Vilas Boas
Fabiola Alves Da Silva Nascimento
Gabriele De Ávila Silva
Giane Franciele Negri
Helena Martins Marques
Juliana Duarte Arraes
José Dos Santos Costa
Larissa Mazzotti Santamaria
Leonel Castro Cabral
Luana Alves De Souza
Magda Oliveira
Maira Cristina Soares Freitas
Manuela Barbosa Da Costa
Maria Betânia Silva Magalhães
Meri Monteiro
Miguel Fernando Ramos Rodrigues
Mônica Wianine Gomes De Moura
Niuza Medeiros Leite Guimarães
Paulo Fernando Costa
Priscila Moura Franch
Raquel Alcoforado Coutinho
Ronalte Vicente Da Silva
Rosemary De Souza Santos Soares De Oliveira
Rosemary De Souza Santos Soares De Oliveira
Silva Aparecida Dos Santos Coelho
Thaís Silva De Castilho
Vanessa De Macedo Muniz
Vanessa Karla Souza Pessoa

Vanessa Karla Souza Pessoa
Willian De Souza Neves Júnior
Zeembiski Fernandes Kaniski

INSTITUIÇÕES E ENTIDADES PARTICIPANTES

CAVIDA - Centro Especializado em Atendimento a Criança e Adolescente Vítimas de Violência doméstica de Pernambuco - PE
CENEG - Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás - GO
Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Foz do Iguaçu (CREAS II) - PR
Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Florianópolis - (CREAS Ilha) - SC
COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - SP
COMVIVA - Centro de Educação Popular Comunidade Viva de Pernambuco - PE
FASC - Fundação de Assistência social e Cidadania de Porto Alegre – RS
FUNPAPA - Fundação Papa João XXIII de Belém - PA
Instituto Minas pela Paz - MG
Instituto Terre des Hommes Brasil - CE
Ministério Público do Estado do Acre - AC
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas - MG
Prefeitura Municipal de Florianópolis - SC
Prefeitura Municipal de Guarapari - ES
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Projeto Laços/PROEX/PUC Minas Faculdade de Psicologia - MG
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas Sobre Drogas do Recife - PE
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF:
- Diretoria do Meio Aberto
- Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá/DF;
- Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Itapoã/DF

- Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Samambaia/DF;
Secretaria Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul -SC
Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania de Guarapari - ES
Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis - SC
Superintendência Regional do Trabalho (MTP) de Roraima - RR
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - RO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação - Órgão Auxiliar da FAGED - RS
2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, Maranhão - MA

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Ana Maria França
Guilherme Horstmann
Walker Lima

CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA

Walker Lima

ESPECIALISTAS CONVIDADOS

Alex Vida
Bráulio de Magalhães Santos
Bruna Koerich
Cynthia Bisinoto
Heridane Ferreira
Josineide Pamplona
Leandro Carvalho

APOIO

Renata Vaz
Laura Ribeiro

CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Ministério da Cidadania

REVISÃO FINAL

Maria Brassan
Cibelle Dória da Cunha Bueno

DIAGRAMAÇÃO / PROJETO GRÁFICO

CCS Gráfica e Editora
Marcondes Vitorino

SOBRE O PROJETO

O Projeto do Diagnóstico Nacional sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, desenvolvido no período de 2018 a 2022, pretendeu concentrar seus esforços de pesquisa nas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, tipificadas como Medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), executadas na imensa maioria dos municípios brasileiros pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e, em algumas localidades, por organizações da sociedade civil¹.

No seu escopo, se propôs a realizar um diagnóstico nacional, (1) a partir da coleta de dados quantitativos, sobre a execução das medidas socioeducativas em Meio Aberto no Brasil², (2) o levantamento das práticas exitosas no âmbito da política de atendimento Socioeducativo em Meio Aberto no Brasil³ e, por fim, e não menos importante (3) a obtenção da narrativa e dos relatos dos/das adolescentes, familiares e/ou responsáveis e profissionais que atuam no acompanhamento dos/das adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE/MA) no Brasil a fim de compreender o significado e o sentido da MSE/MA para aqueles que têm contato direto com esse tipo de medida socioeducativa, seja por tê-la cumprido, seja por acompanhar o seu cumprimento, na condição de familiar ou de profissional

do serviço de proteção⁴. O conjunto de ações, que compõem o presente projeto, irão subsidiar a construção e apresentação de propostas, conhecidas como recomendações, cuja intenção será contribuir para a qualificação, aprimoramento e, sobretudo, para o fortalecimento da política de atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, dando visibilidade a suas diferentes formas de execução, implementação, gestão, monitoramento e avaliação, espalhadas em todo o território nacional. Antes disso, porém, apresentamos o seguinte documento, fruto do trabalho intenso da equipe de pesquisa, que teve por objetivo, promover a Ação 2, cujo objetivo foi identificar no Brasil práticas inovadoras, exitosas e diferenciadas no âmbito da política de atendimento socioeducativo em Meio Aberto que pudessem e devessem ser socializadas e disseminadas com todo o público e sociedade em geral, mas, sobretudo com o Sistema de Garantia de Direitos, já que a primazia deste último é evidenciar e potencializar formas qualificadas e criativas de se colocar no centro das ações em prol de crianças e adolescentes a Socioeducação.

O que se vislumbrou com a identificação e ampla divulgação das Boas práticas no âmbito da Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto foi justamente possibilitar que a socialização dos saberes e práticas que perpassam a atuação profissional e comunitária, bem como o olhar dos diversos atores que se dedicam aos adolescentes, a quem se atribui a autoria de um ato infracional de forma a potencializar, em suas ações, a Socioeducação, demonstrasse o compromisso e a ousadia desses sujeitos revolucionários, que se propõem a afetar com afeto, a construir por meio de falas, gestos, ações, possibilidades, alternativas diferenciadas, de outras histórias, caminhos de superação, relatos de horizontes outrora ultrajados e desfeitos, mas acima de tudo, que demonstrassem suas inquietações diante do que se propõe a política pública construída que pode mais e que deve ser mais inovadora, propositiva e adequada à realidade de crianças e adolescentes excluídos e marginalizados desse país.

¹ Algumas especificidades sobre a execução das Medidas Socioeducativas em Meio aberto no Brasil são tratadas na Parte I: Panorama da Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto (2017 e 2018), Relatório dessa pesquisa publicado em Dezembro/2021.

² A coleta de dados em questão subsidiou a publicação da Parte I do Relatório dessa pesquisa, cujo lançamento ocorrerá em 14 de dezembro de 2021. Para ter acesso aos dados do Relatório do Diagnóstico Nacional sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto acesse o site da Visão Mundial: <https://visao mundial.org.br/publicacoes/relatorio-do-diagnostico-nacional-sobre-a-politica-de-atendimento-socioeducativo-em-meio-aberto>.

Ação 1: Elaborar diagnóstico sobre a política de atendimento socioeducativo em meio aberto e suas formas de gestão, considerando a organização e composição, o financiamento e formas de cooperação entre as três esferas de governo, em 27 capitais da federação e 150 municípios que compõem as regiões metropolitanas.

³ **Ação 2:** Sistematizar boas práticas de metodologias de planejamento e execução das iniciativas de atendimento socioeducativo em meio aberto, considerando os projetos pedagógicos, os papéis dos técnicos sociais, os PIAS (Planos Individuais de Atendimento) e a intersetorialidade das políticas públicas;

⁴ **Ação 3:** Descrever e analisar as percepções sobre o significado das medidas socioeducativas no processo de atendimento e orientação aos adolescentes/jovens, atribuído pelos próprios adolescentes/jovens, seus familiares e pelos profissionais.

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE BOAS PRÁTICAS

Iniciamos o processo para obtenção das propostas de Boas práticas ainda em novembro de 2020, com a publicação do primeiro edital para a então seleção das propostas de práticas exitosas. À época, era o que se esperava: uma seleção de boas práticas executadas no âmbito da política de atendimento socioeducativo em Meio Aberto em todo o país. Para tanto, o edital foi amplamente divulgado às Secretarias estaduais e municipais, outrora contatadas no processo de articulação realizado para a efetivação da pesquisa de campo da Ação 1 da pesquisa. Contudo, em virtude do não recebimento de propostas no período do edital, iniciamos o processo de envio de e-mails e incidências diretas, via contatos telefônicos às Secretarias estaduais e municipais, as mesmas que haviam sido anteriormente contatadas em virtude das articulações da pesquisa para efetivação da Ação 1, a fim de obter informações sobre boas práticas que estariam ocorrendo no âmbito dos municípios, junto às equipes técnicas, na tentativa de resgatar os contatos já realizados em consideração ao trabalho de articulação que já havia sido realizado pela equipe de pesquisa nos territórios visitados na Ação 1 da pesquisa.

Contudo, não contávamos com alteração tão significativa no cenário político da maioria das prefeituras, devido ao recente processo eleitoral municipal, ocorrido no final do ano de 2020. Em virtude de tal fato, obtivemos poucos retornos dos contatos realizados por e-mail e telefone com as secretarias municipais com as quais nos comunicamos.

Devido ao contexto encontrado, contamos com a articulação previamente realizada com o Ministério da Cidadania, e, em especial, com a Coordenação Geral de Medidas Socioeducativas, que nesse momento foi retomado, e que fora de muita importância, uma vez que nos atentou para pontos do edital que poderiam ser melhor direcionados, a fim de motivar a participação das equipes técnicas, estimulando-as a apresentarem suas propostas de Boas práticas no âmbito da Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto. Nesse momento compreendemos que poderíamos também apresentar convites, ao invés de propor um edital, o que, por sua vez, facilitaria a obtenção das propostas e a compreensão do contexto de implementação dessa política

de atendimento no cenário brasileiro. Assim, um Chamamento público demonstrava ser uma modalidade mais atraente e que se apresentava como mais motivadora à participação das equipes técnicas, órgãos, entidades e instituições.

Dessa forma, redirecionamos, com o auxílio e parceira da Coordenação Geral de Medidas Socioeducativas do Ministério da Cidadania, o que era, a princípio, um Edital, para um Chamamento Convite de órgãos, entidades, instituições que apresentassem propostas de boas práticas e/ou práticas exitosas no âmbito da Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto. Para tanto foram estabelecidas as seguintes categorias de boas práticas:

Categoria 1: Gestão e planejamento da Política de Atendimento Socioeducativa em Meio Aberto no que diz respeito às ações voltadas para a elaboração e implementação do Plano de Atendimento Socioeducativo, projetos pedagógicos instituídos, ações de monitoramento e avaliação da política de Atendimento Socioeducativa em Meio Aberto; Categoria 2: Ações e Atividades desenvolvidas junto ao público atendido, adolescentes e familiares, no tocante às ações implementadas pelos técnicos sociais e equipes envolvidas no acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio aberto, por meio do Plano Individual de Atendimento - PIA e do estabelecimento de estratégias que visem ampliar e aprimorar a intersetorialidade das políticas públicas, visando o atendimento integral do adolescente e de seus familiares;

Categoria 3: Inovações nas práticas relacionadas ao atendimento, acompanhamento dos adolescentes e seus familiares, à gestão, ao planejamento, à execução e acompanhamento dos adolescentes, ao monitoramento e avaliação das políticas de Atendimento Socioeducativo em Meio aberto, e à atuação e estabelecimento de redes intersetoriais, considerando o que se encontra previamente previsto nos dispositivos legais e regulamentações que formatam a política de Atendimento Socioeducativo em Meio aberto.

A SISTEMATIZAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS RECEBIDAS

A sistematização das boas práticas foi organizada de acordo com o formulário de inscrição das propostas, que solicitava as seguintes informações, assim dispostas:

- Instituição/nome completo do responsável
- Local: Cidade/Estado:
- Link do site ou página em redes sociais
- Nome da boa prática/ projeto
- Em qual das categorias a boa prática se encaixaria
- Subcategoria:
- Qual o público foco do atendimento
- Breve relato de como surgiu a boa prática/projeto
- Descrição das ações da boa prática/projeto (parcerias, local das atividades e tempo desenvolvido, quais profissionais envolvidos, periodicidade, objetivos)
- Você acredita que sua boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões? Se sim, por quê?

No período de setembro a novembro de 2021 foram recebidas, após um intenso trabalho de divulgação do Chamamento convite pela equipe de pesquisa, um quantitativo de 33 (trinta e três) propostas de boas práticas encaminhadas por instituições, entidades e órgãos que representavam todo o território nacional, assim distribuídas:



Região Centro-Oeste: Recebemos 11(once) propostas na região, das quais uma de Goiás, especificamente de uma instituição da sociedade civil que executa um projeto em parceria com o Poder Judiciário, na comarca de Goiânia, e as demais propostas de projetos desenvolvidos no Distrito Federal, no âmbito da Secretaria de Justiça do Distrito Federal e da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal⁵, os quais:

1. RESSOCIALIZANDO COM AMOR E ARTE (GO);
2. Socioeducação baseada em projetos (DF);
3. Trampo no rolê (DF);
4. Oficina de Arte e Intervenção Urbana (DF);
5. Veste a Visão (DF);
6. Cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade na Pandemia de COVID-19 no Distrito Federal (DF);
7. Acompanhamento de Saúde Brasília (DF);
8. Acompanhamento IECAP Brasília (DF);
9. Horta em Pequenos Espaços - Projeto Virtual Samambaia (DF);
10. Meu Papel (DF);
11. Futebol na Quebrada (DF).

Vejamos cada proposta apresentada de forma sistematizada:

1. RESSOCIALIZANDO COM AMOR E ARTE (GO)

Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás

Aluísio Francisco Arruda

Goiânia/GO

@ceneggoias / ceneggo.org.br

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

⁵No DF a execução das medidas socioeducativas em meio aberto é realizada pelas Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), unidades exclusivas para o atendimento de medidas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Promove o atendimento aos adolescentes, jovens e adultos. Atendimento com olhar dos direitos humanos e dignidade.

A Entidade Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás/CENEG-Goiás - fundada em 2003, é uma instituição civil, sem fins lucrativos, de caráter cultural, ambiental, educacional e de assistência social, reconhecida com títulos de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal. Pelo fato de ser uma organização que qualifica sua atuação como sociorracial e periférica, em defesa dos direitos humanos, esta criou, em parceria com seus colaboradores, este projeto, buscando atuar em prol das famílias, visto que 90% destas são altamente vulnerabilizadas no Estado do Goiás.

O projeto consolida-se como uma parceria entre a Prefeitura de Goiânia, Governo do Estado do Goiás e do Poder Judiciário que ocorre há mais de cinco anos. A referida ação conta com vários voluntários nas áreas psicossocial e jurídica entre outras áreas. Ressalta-se que o Programa ainda está em fase de ampliação.



Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões pelo sucesso na ressocialização e na inserção social dos/das assistidos/das. Afirmamos que estas famílias necessitam de políticas públicas eficazes e emergentes. Muitas das vezes os/as representantes do terceiro setor utilizam de saberes comunitários para atuar e buscar resultados satisfatórios junto a este público que tem seus deveres cobrados, enquanto seus direitos fundamentais são, a todo momento, violados. Dessa forma, acreditamos que a sociedade precisa se mobilizar para cuidar dos problemas sociais e não ficar com narrativas preconceituosas que só promovem o caos.

2. SOCIOEDUCAÇÃO BASEADA EM PROJETOS (DF)

Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF.

@uamaparanoa

Inovação das práticas e ações de gestão, monitoramento e avaliação da política de atendimento socioeducativo em meio aberto no município ou estado.

Promove o atendimento de adolescentes vinculados a medidas socioeducativas em meio aberto.

Apresentamos como Boa Prática a gestão local de uma equipe de atendimento em meio aberto e a organização das atividades socioeducativas com base no desenvolvimento de projetos. Na GEAMA Paranoá são acompanhados, aproximadamente, 70 (setenta) adolescentes moradores(as) das Regiões Administrativas do Paranoá e Itapoã, locais de alta vulnerabilidade no DF. Entre 2016 e 2018, a unidade passou pelo processo de mudança metodológica de atendimento e hoje temos uma proposta de trabalho consolidada nos pilares da coletividade, convivência e ludicidade. Entendemos que esses três fatores fundamentam e direcionam nossa intencionalidade no planejamento e execução de todas as atividades da GEAMA. Os adolescentes são acompanhados por equipes de referência que são responsáveis pela elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA), além da comunicação com o poder judiciário. Para além do acompanhamento dos adolescentes, os profissionais se organizam coletivamente também na coordenação de projetos que potencializem a formação de vínculos com os adolescentes e a ressignificação da relação destes com seu contexto histórico e cultural. Ao buscarmos intencionalmente a construção de práticas apoiadas nos pilares da coletividade, convivência e ludicidade, não apenas as atividades com os socioeducandos são afetadas por esses fatores, mas também a própria organização interna da equipe, constituindo coerência e sentido ao fazer socioeducativo.

Vários projetos coordenados pela equipe da GEAMA contam com parcerias de outras instituições, enquanto outros são realizados

apenas no bojo da própria unidade. Acreditamos que, mais que um modelo, é uma concepção de gestão.

3. TRAMPO NO ROLÊ (DF)

Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá e Itapoã/DF - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF.

https://instagram.com/uamaparanoa?utm_medium=copy_link

Inovação, Intersetorialidade, arte, cultura e lazer

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares. Práticas e ações de fortalecimento da rede intersetorial do município para prestar o atendimento integral ao adolescente em cumprimento de MSE/MA; Práticas e ações de fomento de parcerias locais, municipais, estaduais e/ou institucionais, que garantam o acompanhamento e encaminhamentos dos/das adolescentes em cumprimento de MSE/MA para as políticas setoriais e/ou programas específicos.

São atendidos/das adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

O projeto “Trampo no rolê” está inserido em uma proposta metodológica maior chamada Guerreiros da Periferia, que abarca diferentes projetos relacionados ao ramo da arte, cultura e lazer. No âmbito da inclusão produtiva, a experiência nos mostra que o trabalho no setor cultural, mais especificamente nos festivais de música que valorizam a cultura da periferia, é mais flexível quanto às exigências e pré-requisitos quando comparados a outros espaços mais tradicionais. Portanto, por serem espaços mais abertos à diversidade, tendem a ser mais inclusivos, acolhedores e potencialmente educativos. Nesse sentido, desafios que cotidianamente lidamos no âmbito da política de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, tal como a baixa escolaridade, a ausência de experiência e a baixa qualificação profissional apresentada por estes adolescentes, não são grandes empecilhos para a participação. Para além da dimensão da inclusão produtiva, o acesso à cultura é por

si só transformador. Não obstante, oportunizar o acesso digno do público atendido a festivais culturais, bem como garantir remuneração aos oficineiros de grafite, rima, tatuagem, dentre outras práticas artísticas da cultura juvenil, é ferramenta indispensável para que tenhamos êxito no trabalho socioeducativo desenvolvido.

Assim, o projeto “Trampo no Rolê” tem como objetivo a articulação com festivais de cultura com vistas à inclusão produtiva dos/das socioeducandos/das e egressos do sistema socioeducativo. No ano de 2019, o projeto promoveu articulação com cinco festivais de música e cultura ocorridos no Distrito Federal, quais sejam: Favela Sounds, COMA (Convenção de Música e Arte), Música Transforma e Picknick Brasília. Ao total, 12 adolescentes/jovens foram remunerados em suas atuações, enquanto trabalhadores nos festivais.

Com certeza, acreditamos que este projeto pode ser executado em em outras localidades, contextos e regiões. Para tanto, reconhecemos que é preciso conhecer o território dentro e fora dos espaços de atuação da socioeducação e mapear festivais e eventos de arte, lazer e cultura, a fim de garantir a articulação e, possível inserção dos/das adolescentes e jovens, nesses espaços. Realizado o mapeamento, é preciso investir na ação intersetorial e atuação de rede, sensibilizando os espaços e sujeitos atuantes sobre a importância da arte, cultura e lazer para o desenvolvimento humano e a corresponsabilidade destes espaços na consolidação de uma socioeducação emancipatória.

Como já informado, o Projeto “Trampo no Rolê” situa-se dentro do projeto Guerreiros da Periferia, que acontece no âmbito do DF desde 2017, como uma ação socioeducativa que visa promover a inserção de adolescentes e jovens moradores do Paranoá Parque, Paranoá e Itapoã em atividades de arte, cultura e lazer. As atividades ocorrem semanalmente às quintas-feiras à tarde e o projeto está estruturado nos seguintes pilares: - Desenvolvimento de ações e projetos relacionados à arte e cultura propostas pela equipe socioeducativa; - Desenvolvimento de ações e projetos relacionados à arte e cultura propostas por atores do movimento cultural em parceria com a equipe socioeducativa; - Articulação com festivais de cultura com vistas à inclusão produtiva dos socioeducandos e egressos (Trampo no Rolê). Para o desenvolvimento de suas ações, o projeto necessita do apoio de parceiros da comunidade local, da classe artística

do DF e de instituições do setor da economia criativa. Ou seja, este é um projeto que demanda, ininterruptamente, articulações de rede e que confere, ao fazer socioeducativo, um exercício contínuo de construção da comunidade socioeducativa, corresponsabilizando outros setores da sociedade, tendo, portanto, a intersetorialidade como uma de suas diretrizes. As ações apresentadas foram desenvolvidas ao longo de 2019 e foram suspensas em decorrência da pandemia do COVID-19.



4. OFICINA DE ARTE E INTERVENÇÃO URBANA (DF)

Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá e Itapoã - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF.

@uamaparanoa

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Promove o atendimento aos Adolescentes em cumprimento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade durante o período de lockdown (janeiro e fevereiro de 2021).

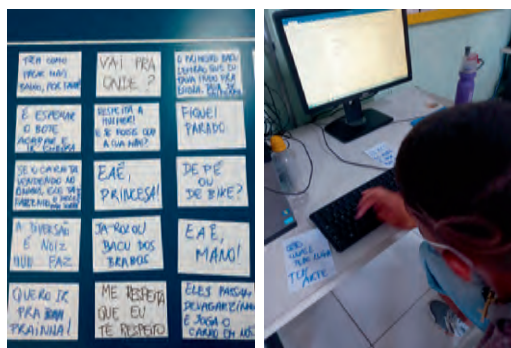
O projeto de Arte e Intervenção Urbana é uma ação que integra o projeto guarda-chuva Guerreiros da Periferia, da GEAMA Paranoá, que acontece desde 2017 como uma ação socioeducativa que visa promover a inserção de adolescentes e jovens moradores do Paranoá Parque, Paranoá e Itapoã em atividades de arte, cultura e lazer. O projeto Arte e Intervenção Urbana foi especificamente idealizado para atender a demanda de atendimento presencial prioritário a um número restrito de adolescentes, no contexto de distanciamento social, em razão da pandemia do novo Coronavírus. O projeto realizou entre os meses

de janeiro e fevereiro de 2021 rodas de conversas temáticas, oficinas de produção de lambe-lambes e ações de intervenção urbana em pontos específicos do Paranoá/DF.

O objetivo geral do projeto foi proporcionar uma experiência socioeducativa de cunho artístico e cultural, em espaços ao ar livre, com vistas a fomentar a produção autoral e o engajamento no cumprimento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, respeitando as regras de distanciamento social e evitando a situação de descumprimento.

O projeto é realizado em 4 momentos: 1) roda de conversa sobre temas propostos pela equipe e temas apresentados pelo grupo, ao longo dos diálogos.

Nessa fase, a equipe socioeducativa se divide entre duas principais funções: a) “problematizadora” dos assuntos trazidos à roda, sobretudo a partir de perguntas, para fomentar os diálogos e incentivar o aprofundamento das reflexões surgidas no grupo; b) “registro” das falas feitas por cada participante, em formas de frases, em cards. Para esta função, destaca-se a necessidade de abertura e atenção para a maior quantidade de falas possíveis, de modo a não “filtrar” conteúdos, mas registrar a riqueza trazida pelos participantes. 2) leitura dos cards pelos participantes da roda, como forma de valorizar os conteúdos que foram apresentados. Nessa fase, os/as adolescentes podem reconhecer suas falas durante as leituras, ressignificar a importância de suas contribuições ao debate promovido, estabelecer novas formas de diálogo com as contribuições dos demais participantes e elencar, entre todo o conteúdo apresentado, os cards que mais gostaram. 3) transformação dos cards em cartazes.



Nessa fase, os participantes digitam no computador as frases, formatam os textos com

tipos de fontes e tamanhos de letras, de acordo com o que acham mais bonito e, por fim, imprimem esse novo material. Também há espaço para a composição com outras linguagens, como a colagem de imagens, o desenho e a pintura. Neste momento, os conteúdos produzidos pelo grupo ganham uma nova dimensão estética e também outros significados de cunho artístico. 4) passeio pela cidade e colagem dos cartazes (lambe-lambe) em locais públicos. Os lugares podem ser definidos previamente, como também serem escolhidos durante o percurso. Até o momento, realizamos colagens com a definição prévia dos lugares. Nesta fase, os conteúdos autorais passam a intervir diretamente na cidade e ganham, por si, autonomia em relação à sua dimensão artística. Os adolescentes são convidados a refletirem sobre esse deslocamento que vai da reflexão, passa pela criação e chega na autonomia de suas obras, em relação às expectativas que tinham com o próprio processo criador.



Participaram diretamente da realização do projeto 04 especialistas socioeducativas: 02 pedagogas, 01 psicóloga e 01 assistente social. Ao longo dos encontros, foi possível observar que o projeto despertou o interesse dos adolescentes pelo processo de criação artística, estreitou vínculos entre os mesmos e possibilitou momentos de lazer e prazer durante a construção da experiência socioeducativa. Seguindo os pilares que sustentam o guarda-chuva em que este projeto está inserido, estava prevista a participação do coletivo de arte e cultura do Paranoá “Da Barragem pra Cá”, com trocas de saberes e encontros para a produção coletiva de lambes e conversas sobre o território. No entanto, pelo agravamento da situação da pandemia, as atividades foram suspensas e a proposta de participação do coletivo foi adiada. Avaliamos que dentro das condições materiais objetivas e

dos limites impostos pela situação pandêmica, o projeto de Arte e Intervenção Urbana foi exitoso, pois inaugurou uma possibilidade de trabalho em grupo, mantendo a perspectiva histórica da GEAMA Paranoá, do trabalho com metodologias ativas que valorizam o protagonismo dos adolescentes e jovens, ao mesmo tempo em que atendeu às exigências do momento. Além disso, essa experiência deu novos ânimos à equipe socioeducativa, há muito desgastada com as limitações do atendimento individualizado que a pandemia impôs. Vale ressaltar, que em agosto de 2021 o projeto foi retomado, dentro do movimento de reabertura gradual da GEAMA Paranoá para o atendimento presencial. Em setembro de 2021 a equipe e adolescentes participaram de entrevista para a Revista Traços, um veículo que divulga principalmente artistas, projetos e ações de cultura do DF, para falar sobre a importância da valorização da escrita autoral dos adolescentes.

Acreditamos que embora seja uma metodologia que dialogue com o território, tem em sua estrutura um formato que pode, e já acontece, em diferentes lugares. A técnica do lambe-lambe, das rodas de conversa e da escrita autoral são bastante difundidas, e, por isso, passíveis de reprodução em outras localidades, contextos e regiões geográficas.

5. VESTE A VISÃO (DF)

Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF.

Raquel Alcoforado Coutinho

<https://veste-a-visao.lojaintegrada.com.br/>

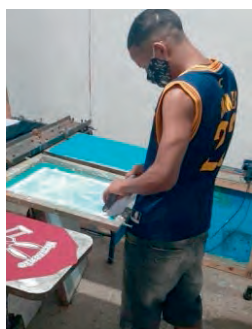
Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Atendimento aos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (PSC)

O Veste a Visão nasceu como um projeto de intervenção de estágio em serviço social, a partir da constatação de que um dos adolescentes atendidos vinha sofrendo ameaças decorrentes de uma dívida contraída do tráfico de drogas. A ideia foi combinar arte, noções de comércio digital (uma vez que o projeto foi

desenvolvido durante a pandemia), modelos de trabalho cooperativo e a possibilidade de geração de renda, que se materializou na produção de camisetas criadas e comercializadas pelos adolescentes.

O projeto tornou-se possível através da parceria com um serígrafo residente e trabalhador da mesma comunidade dos/das adolescentes atendidos/das. Os socioeducandos bolaram as estampas com apoio da equipe técnica da Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá, promoveram uma pré-venda para arrecadar os recursos necessários para a produção, acompanharam algumas etapas da produção das camisetas junto ao serígrafo parceiro e fizeram uma ampla divulgação nas redes sociais, o que possibilitou a geração de renda. O objetivo principal foi compartilhar noções de organização cooperativa para que, numa gestão democrática conduzida pelos próprios adolescentes, se dividissem harmonicamente entre as tarefas necessárias para produzir e vender um produto, no caso, camisetas.



Foram realizados 10 encontros virtuais, semanais, em que o planejamento e a tomada de decisões foram realizados coletivamente. Também foi criado um grupo no WhatsApp com os participantes em que eram reforçadas as atividades necessárias para que os objetivos da semana fossem atingidos.

Inicialmente realizamos nossa primeira parceria com o CIEE com o Projeto Trabalhando Juntos em 2019. Neste, os adolescentes com medida socioeducativa participaram do PIT e após sua conclusão, tiveram vagas junto a várias instituições públicas como Ministério Público, Ministério da Economia, etc, totalizando 19 vagas aproximadamente, preenchidas por nossos adolescentes/jovens. Todos com carteira assinada. Foi um momento muito especial para todos.

Acreditamos que a boa prática pode ser replicada e disseminada em outros contextos, localidades e regiões porque as parcerias podem e devem ser estimuladas junto a medida socioeducativa. É uma prática simples, de alto alcance, feita com empresas parceiras sem fins lucrativos que possibilitam aos jovens formação integral para ingressar ao mercado de trabalho.

6. CUMPRIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NA PANDEMIA DE COVID-19 NO DISTRITO FEDERAL (DF)

Diretoria do Meio Aberto - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF

Brasília - DF

<https://www.sejus.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/PROGRAMACAO-E-CADERNO-DE-RESUMOS-SEMANA-DE-VISIBILIDADE-DA-PSC-1.pdf>

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Atendimento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

No ano de 2020, o contexto da pandemia de Covid-19 e suas repercussões na execução das políticas públicas exigiram das equipes técnicas a formulação e reinvenção de práticas pedagógicas que assegurassem a continuidade do atendimento dos/das adolescentes e jovens em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

No que diz respeito à PSC, as unidades de atendimento em meio aberto do Distrito Federal, com anuência da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas local, desenharam e implementaram 10 projetos de execução direta. Como resultado, no período de agosto de 2020 até fevereiro de 2021, foi possibilitado o cumprimento da referida medida por aproximadamente 80 adolescentes e jovens. Além disso, outras ações pedagógicas pontuais foram realizadas, como forma de conversão da PSC anteriormente aplicada, de maneira a garantir com que os/as adolescentes estivessem inseridos em um

processo de acompanhamento socioeducativo, mesmo em um período crítico de restrições do convívio e da circulação social.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões considerando que os projetos elaborados e executados pelas Unidades vinculadas à Diretoria do Meio Aberto estão de acordo com a legislação vigente.

7. ACOMPANHAMENTO DE SAÚDE (DF)

Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Samambaia - GEAMASAM - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF

Fabíola Alves da Silva Nascimento

<https://instagram.com/geamasamambaia>

Intersetorialidade: Práticas e ações de fortalecimento da rede intersetorial do município para prestar o atendimento integral ao adolescente em cumprimento de MSE/MA;

Atendimento aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida com idade entre 12 e 21 anos incompletos e respectivos familiares.

A articulação surgiu como uma ação prevista no planejamento estratégico de ambas as unidades, GEAMA e UBS 11. O objetivo era institucionalizar a comunicação bem como inserir a política de saúde, principalmente ao nível de atenção básica, por meio da oferta de serviços públicos para redução das vulnerabilidades e riscos à saúde, promoção de uma gestão compartilhada e intersetorial, garantir direitos e desenvolver a territorialização em saúde. Nesse sentido, foi elaborado um conjunto de ações específicas para o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e seus familiares.

O trabalho iniciou em março de 2021 com algumas reuniões estratégicas entre as unidades para desenvolver a metodologia utilizada. Em abril de 2021 deu-se início as atividades que consistiam em: 1 – Levantamento dos adolescentes/famílias e confirmação de endereços; 2 – Verificação da UBS de famílias já acompanhadas pelas equipes de saúde; 3 – Realização

de visitas domiciliares aos adolescentes e seus familiares: na ocasião, são verificadas as demandas relacionadas à saúde do adolescente e dos demais membros da família, agendamento de consultas, orientações e intervenções breves, verificação de condições de higiene e moradia, análise e avaliação do território; 5 – Articulação e encaminhamento pela UBS das demandas de saúde relacionadas a atenção secundária para os CAPS e demais atendimentos especializados da rede de saúde; 4 – Realização de estudos de caso das famílias visitadas e atendidas entre a equipe da UBS (NASF, GERÊNCIA e ESF) e equipe da GEAMA: na ocasião dos estudos de casos, as equipes refletem estratégias de atuação individuais e coletivas com os adolescentes e familiares, elabora encaminhamentos e aciona outras instituições da rede socioassistencial; 5 – Acompanhamento por parte da GEAMA dos atendimentos e encaminhamentos realizados. Toda essa metodologia é realizada mensalmente pelas equipes que compõem a GEAMA e a UBS. Os estudos de casos são realizados presencialmente de forma alternada entre as unidades a fim de que facilitar a presença de todas as equipes.



Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões já que estas ações fomentam a promoção da política de saúde bem como desenvolvem-se articuladas entre as demais políticas. Essa boa prática tem sido disseminada nas demais Unidades Básicas de Saúde que compõem o território de Samambaia, região administrativa (RA) do Distrito Federal, bem como de outras RA's. É possível ter esse nível de articulação no atendimento as demandas de outras medidas socioeducativas como a Semiliberdade, por exemplo. Ademais, a Atenção Básica é, preferencialmente, a porta de entrada do Sistema Único de Saúde e que têm como objetivos a prevenção e a promoção de saúde, solucionando possíveis agravos não só no âmbito do Distrito Federal como nos demais Estados e Municípios.

8. ACOMPANHAMENTO IECAP BRASÍLIA (DF)

Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Samambaia - GEAMASAM - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF

Fabíola Alves da Silva Nascimento

<https://instagram.com/geamasamambaia>

Intersetorialidade: Práticas e ações de fortalecimento da rede intersetorial do município para prestar o atendimento integral ao adolescente em cumprimento de MSE/MA;

Atendimento aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida com idade entre 15 e 21 anos incompletos e respectivos familiares entre 15 e 29 anos.

O Acompanhamento surgiu da parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado e Justiça – SEJUS - e a instituição IECAP Agência de Transformação Social. Na instituição, são ofertadas capacitação profissional dos/das socioeducandos/das e seus familiares, com idade entre 15 e 29 anos de idade, garantindo a eles e elas conhecimentos que facilitem seu acesso às oportunidades de emprego e sua permanência saudável e qualificada no mercado de trabalho. Com a pandemia de COVID-19 todas as atividades passaram a ser à distância, o que impactou diretamente na permanência dos alunos nas aulas. Diante desse cenário, surgiu a nova metodologia de acompanhamento que consiste na boa prática aqui apresentada.

Para que pudéssemos garantir a vaga em curso de profissionalização, e também a permanência dos/das socioeducandos(as) nos cursos do IECAP, foi criada o papel do monitor(a). Cada GEAMA tem um e uma monitor(a) de referência que articula as ações com o Centro de Juventude/IECAP. Assim, assuntos referentes a essa instituição são passados para o/a respectivo(a) monitor(a), que entra em contato com a coordenação do CJ/IECAP para resolver. O/A monitor(a) é a referência entre GEAMA e IECAP. O acompanhamento dos cursos ofertados pelo IECAP é realizado pelo(a) monitor(a) junto à coordenação desta instituição. Devido à pandemia da Covid-19, esses contatos têm se dado por meio de contato telefônico ou aplicativo

de mensagens. Os cursos ofertados pelo IECAP também têm ocorrido no formato on-line. Além do contato com a coordenação do IECAP o/a monitor(a) é responsável pela mobilização da equipe da GEAMA. Os/As Especialistas da Gerência ficam com a responsabilidade de acompanhar, de forma individual, o/a socioeducando(a) durante todo o curso. Nos casos do(a) socioeducando(a) que não possui acesso às tecnologias de informação, ofertamos o espaço da Gerência, computadores e internet. Para além disso, ofertamos também o apoio pedagógico às temáticas do curso, momento que avaliamos as dificuldades e fazemos as intervenções que forem necessárias. Oportunamente, usamos essa parceria para nos apoiar na medida de PSC, temos solicitado à VEMSE a conversão da medida de PSC para a capacitação nos cursos do IECAP. Iniciamos a parceria e o acompanhamento dos/das adolescentes no mês de junho 2020 com a oferta do curso de Empregabilidade. Ao longo do último ano o IECAP ofertou os cursos de Cozinha de Sucesso, Assistente Administrativo, Primeiros Socorros, Cuidador de Idoso, além de algumas oficinas de pão, chocolate e elaboração de joias. Entretanto, o curso de Empregabilidade é o mais trabalhado pela GEAMA Samambaia. Este curso contempla muitos assuntos que já são trabalhados pela GEAMA, como: importância da documentação, processo seletivo, elaboração de currículo, entrevista de emprego, autoconhecimento, competências interpessoais e intrapessoais, inteligência emocional, projeto de futuro, dentre outras temáticas importantes.



Desde o ano passado tivemos um total de 52 inscritos(as) nos cursos do IECAP, 24 socioeducandos(as) concluíram o curso, 18 desistiram (maioria foi por conta de descumprimento de medida) e 10 estão cursando. Ressaltamos que esse resultado só foi possível, porque não trabalhamos apenas na garantia das vagas dos cursos, realizamos um trabalho de mobilização contínua e apoio aos/às adolescentes e seus familiares ao longo desse período. Esse trabalho foi realizado

pelo(a) Especialista de referência nos atendimentos socioeducativos, com o apoio do(a) monitor(a). Essa experiência com o IECAP tem nos feito repensar práticas de monitorias para os demais parceiros de profissionalização.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões porque o papel da monitoria, e ainda, o suporte oferecido pela equipe técnica contribuem diretamente para o engajamento e permanência do(a) adolescente/ familiar em atividades externas de modo geral, o que impacta diretamente no desenvolvimento do acompanhamento socioeducativo. Por fim, o acompanhamento realizado fomenta e fortalece a política de trabalho, emprego e renda, e ainda, promove a integração dos usuários às oportunidades ofertadas no território.

9. HORTA EM PEQUENOS ESPAÇOS – PROJETO VIRUAL SAMAMBAIA (DF)

Gerência de Atendimento em Meio Aberto de Samambaia - GEAMASAM - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF

Fabíola Alves da Silva Nascimento

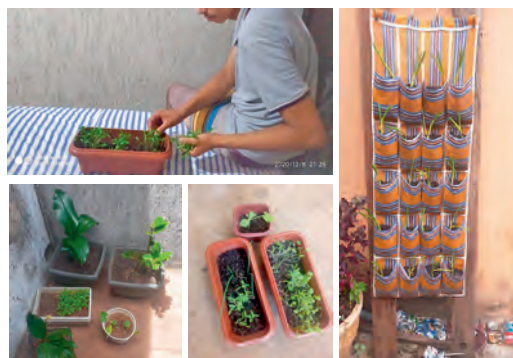
<https://instagram.com/geamasamambaia>

Sustentabilidade: Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Atendimento aos Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas de PSC

A atual situação de pandemia tem exigido dos profissionais do sistema socioeducativo a elaboração de novas metodologias de trabalho que preservem a sua própria segurança e a segurança do público atendido. Esse planejamento não deve estar distante dos objetivos preconizados pela legislação que orienta o trabalho do sistema socioeducativo. Assim, as tecnologias da informação e comunicação têm se mostrado grandes aliadas ao trabalho nesse momento, possibilitando a execução do trabalho a distância e o contato com os adolescentes, ressalvadas as limitações de acesso e de alcance. A Portaria 11 da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas

do Distrito Federal, datada de 29 de maio de 2020, em seu artigo 1º, deixou expressa a suspensão dos atendimentos presenciais para os/as adolescentes vinculados às medidas de meio aberto até o final do mês de junho/2020. Mesmo quando as atividades presenciais foram restabelecidas, as equipes de atendimento socioeducativo de meio aberto necessitaram adaptar e desenvolver metodologias que propiciem o acompanhamento em formato diferenciado, já que os grupos e atividades coletivas estarão ainda inviabilizados por algum tempo. Assim, este plano de trabalho visou atender a demanda de reorganização das condições de cumprimento das medidas de meio aberto para o período de pandemia e garantir a execução da PSC com os(as) socioeducandos/das vinculados antes que o prazo prescricional da medida socioeducativa fosse alcançado. Assim, o projeto em questão visa o desenvolvimento de atividades por meio horta em pequenos espaços, abordando temas relacionados diretamente ao trabalho a ser desenvolvido no projeto e temas transversais.



A metodologia proposta é implementada por meio da formação de turmas de até 10 participantes em que a socioeducadora de referência faz o acompanhamento do projeto de cada horta de maneira individual. O acompanhamento se inicia por meio do diálogo com o(a) socioeducando(a) e família, momento em que serão orientados sobre os objetivos e modo de funcionamento do projeto e deverão dar a anuência para a participação. Em seguida, serão definidos os dias de acompanhamento do projeto, considerando a rotina familiar e a adequação do tempo para a execução das atividades e não ultrapassando o limite de 8 horas semanais. A cada semana são abordados temas pertinentes à temática proposta, através de vídeos e pequenos textos e outras ferramentas disponíveis, enviados pelo aplicativo whatsapp

ou por e-mail. Também serão propostas tarefas a serem realizadas por cada adolescente, atingindo o objetivo estabelecido para a semana, como pesquisas, textos, registros fotográficos, etc. Como este projeto visa a entrega de um produto final, a carga horária semanal acaba sendo variável de acordo com a fase de plantio, atividades relacionadas às irrigações, produção de mudas e as atividades previstas no cronograma do projeto, sendo essencial a adequação da rotina familiar à produção. Geralmente solicitamos a dispensa da carga horária obrigatória semanal de 08 horas, às vezes estabelecida na sentença do adolescente, e autorização para que a sua participação seja avaliada de maneira abrangente e de acordo com o produto final entregue.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, pois a configuração e o acompanhamento da horta são de simples execução.

10. MEU PAPEL (DF)

Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá e Itapoã - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF

@uamaparanaitapoa

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Atendimento aos Adolescentes e jovens em cumprimento das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade

O projeto surgiu da articulação de parceria com a Universidade de Brasília, mais especificamente laboratório de Artes Visuais, sob a supervisão da Professora Doutora Thérèse Hofmann. Como o laboratório dispunha de todos os equipamentos e insumos necessários para a produção de papel artesanal, criou-se um grupo de acompanhamento socioeducativo com a finalidade de ensinar aos adolescentes e jovens todo o processo produtivo do papel reciclado, bem como de sua utilização na construção de peças para venda.

Compreendemos que os meninos e meninas que atendemos, assim como qualquer adolescente nesta fase de desenvolvimento, apresentam uma série de necessidades que são características da idade, e dentre elas está a busca

por bens de consumo que os empoderam diante dos colegas e de si mesmos. Objetos, roupas, acessórios, telefone celular, tênis e tudo que traz a construção da sua autoimagem. Estamos inseridos no modo de produção e econômico capitalista, no qual o dinheiro é a “mola” propulsora para a aquisição dos tais bens de consumo. Assim, avaliamos que buscar junto desses adolescentes uma forma de ter sua própria renda, se constitui um dos caminhos para iniciar uma nova trajetória de vida para os mesmos. Neste sentido, o projeto em questão veio ao encontro dos de alguns dos objetivos da medida e dos parâmetros pedagógicos no atendimento socioeducativo.



Objetivo geral do projeto foi mediar o processo de confecção de papel e produtos artesanais, com vistas à inclusão produtiva, educativa e social dos/das adolescentes atendidos. Para tanto, seus objetivos específicos foram: mediar o processo de aprendizagem da produção de papel reciclável, de diferentes tipos de encadernação e de diferentes tipos de costura de livros e cadernos, além de criar oportunidades de inclusão produtiva por meio da comercialização do material produzido.



Para tanto, foram realizadas oficinas com os/as adolescentes, no laboratório de Artes Visuais da Universidade de Brasília, sob a supervisão da Professora Doutora Thérèse Hofmann, que contou com apoio de estudantes de graduação e pós-graduação. A equipe de referência do projeto da GEAMA Paranoá e Itapoã acompanhou todos os encontros e participou das oficinas em conjunto com os/as adolescentes.

Além disso, também buscou estratégias de comercialização dos produtos feitos pelos(as) adolescentes como forma de proporcionar possibilidades reais de gerar renda.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões pois, embora haja uma especificidade técnica do processo de produção do papel reciclado, este já é um saber amplamente difundido. O que pode ocorrer é a necessidade de adaptação dos insumos, a depender da região e das condições materiais em que o projeto é realizado.

11. FUTEBOL NA QUEBRADA (DF)

Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá e Itapoã- Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF / Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF

@uamaparanoaitapoa

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Atendimento aos Adolescentes em cumprimento das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade

O projeto Futebol da Quebrada, através da atividade esportiva, surgiu da necessidade de fomentarmos um espaço de promoção de saúde e integração comunitária entre os/as jovens participantes. Contudo, ele extrapola as obrigações legais mínimas do programa de atendimento em meio aberto e alcança resultados exitosos para além da garantia de direitos fundamentais. O projeto se configurou como uma importante metodologia socioeducativa, na medida em que ressignificou as relações entre os/as jovens e desses(as) com a comunidade e a prática esportiva. A atividade contribui com a adesão dos/das adolescentes às medidas socioeducativas bem como às metas elaboradas nos Planos de Atendimento Individuais. Parte-se do

pressuposto de que as atividades lúdicas se apresentem como contexto privilegiado de mediação de desenvolvimento humano, construção de vínculos pedagógicos significativos e ressignificação da trajetória infracional; se configurando como metodologia totalmente adequada aos objetivos do atendimento socioeducativo. Ainda, para além dos/das adolescentes em efetivo cumprimento de medida socioeducativa, o projeto incentivou a participação de egressos(as) e de outros(as) jovens da comunidade do Paranoá e Itapoã, sendo esses dois grupos aproximadamente 50% do público atendido semanalmente. A permanência desses(as) jovens no projeto mesmo após a liberação judicial ou mesmo sem nenhuma obrigação legal (no caso dos/das jovens da comunidade) indica o sucesso da atividade como fator de proteção na vida desse público.



O Futebol na Quebrada tem por objetivo oferecer um espaço-tempo propício à realização de atividades socioeducativas qualificadas, garantindo direitos e fortalecendo vínculos comunitários, mediante a realização de encontros desportivos regulares, promoção de jogos e torneios com os/as adolescentes vinculados a GEAMA Paranoá. Para tanto, oferece um espaço-tempo que se constitua enquanto um território da paz e de integração comunitária aos jovens moradores das regiões de Paranoá, Itapoã e Planaltina; Incentiva junto aos jovens participantes a prática desportiva regular e práticas em saúde; Possibilita novas formas de expressão e interação entre socioeducandos(as) e socioeducadores(as); Fomenta o processo pedagógico de construção coletiva de um senso de equipe entre os/as participantes; Contribui com a ressignificação da relação dos/das jovens com o cumprimento de regras e normas; Aumenta a aderência ao cumprimento efetivo das

medidas socioeducativas de LA e PSC. O projeto consiste em atividades regulares e competições desportivas oferecidas aos/às adolescentes vinculados às GEAMA Paranoá e demais jovens das comunidades.



A metodologia dos encontros semanais contempla a mediação de atividades lúdicas que contribuam com a preparação física, treinos técnicos, desenvolvimento de habilidades, além de rodas de conversa e partidas competitivas de 10 minutos (“rachas”). Além das atividades semanais, são promovidos jogos amistosos e torneios semestrais com participação de times convidados do sistema socioeducativo e demais parceiros do projeto. Na ocasião, os times vencedores são premiados com medalhas e troféus, os quais são também destinados ao artilheiro e goleiro de destaque. Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, pois se trata de uma prática desportiva extremamente difundida na cultura nacional.

Região Nordeste: Recebemos 7 (sete) propostas de Boas práticas executadas na região nordeste do país, das quais, 5 (cinco) são executadas no Estado do Pernambuco, uma no Estado do Ceará e uma no Maranhão. São as seguintes práticas:

1. Comissão SIMASE Recife (PE),
2. Audiência Coletiva de Engajamento de Adolescentes e Jovens nas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PE),
3. Projeto CIRANDA: uma evolução para a vida;
4. Projeto: Por uma juventude em Paz e Segura (PE),
5. Programa Cidadão (PE);

6. Manual de atendimento socioeducativo em meio aberto de Fortaleza (CE)
7. Centro Integrado de Justiça Juvenil como espaço privilegiado de Operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (MA).

Vejamos cada proposta apresentada de forma sistematizada:

1. COMISSÃO SIMASE RECIFE (PE)

Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas Sobre Drogas

<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/plano-decenal-socioeducativo-do-recife>

Intersetorialidade e Inovação das práticas e ações de gestão, monitoramento e avaliação da política de atendimento socioeducativo em meio aberto no município ou estado.

Promove o atendimento de adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto.

A partir da regulamentação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, Lei Federal n. 12.594/2012) e da elaboração e aprovação do Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo (PNASE, 2013), ficou demandado aos estados e municípios brasileiros a adequação ao referido Sistema. Após o lançamento do Plano Decenal Socioeducativo do Recife em agosto de 2018, a Secretaria Executiva de Assistência Social, através da Divisão dos CREAS passou a assumir a coordenação dos encontros da comissão do SIMASE (Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo). Prevista no Decreto Municipal n° 32694 de 26 de julho de 2019, a referida comissão é composta por representantes titulares e suplentes das políticas setoriais de assistência social, saúde, educação, direitos humanos, turismo, esporte e lazer, planejamento urbano, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, qualificação e trabalho, planejamento e gestão, cultura e juventude, mulher, governo e participação, segurança urbana, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (COMDICA), conselho tutelar, procuradoria municipal, ministério público, defensoria pública e poder judiciário. Os encontros da comissão são mensais, e não pararam mesmo na pandemia, e visam monitorar e avaliar o Plano Decenal Socioeducativo do Recife e suas metas assim como o Sistema

Municipal Socioeducativo. Importante destacar que alguns avanços já foram conseguidos como resultado do trabalho da comissão, a exemplo da Construção de Instrução Normativa conjunta com a Secretaria de Educação, que assegura prazos para matrícula escolar do público socioeducativo nas escolas municipais, assim como acompanhamento pedagógico sistemático; Decreto Municipal que assegura 10% das vagas do edital do Qualifica Recife para os/as jovens do socioeducativo com acesso prioritário a cursos profissionalizantes; Criação de coordenação da Comissão; alimentação pelas equipes dos CREAS por 100% dos/das servidores no SIPIA SINASE (Sistema de Informação); Garantia de vagas de PSC acima das demandas apresentadas para engajamentos; encontros trimestrais com os/as representantes do Sistema de Justiça; Apoio ao judiciário na construção metodológica da Sala da Cidadania; Criação de GT Proteção à Vida, que discute o aprimoramento do fluxo de proteção à vida em Recife; Criação de Nota Técnica que é referência nacional com a saúde municipal para atendimento com prioridade ao público do socioeducativo nos equipamentos e serviços de atenção básica e especializada do SUS, com a defesa da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) como modelo de cuidado em saúde mental (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadania-e-saude-se-unem-para-ampliar-acao-da-politica-nacional-de-atencao-a-saude-de-adolescentes-em-conflito-com-a-lei-para-o-meio-aberto>) ; aproximação da Defensoria Pública nas articulações dos casos com o público do socioeducativo; Criação de projeto de lei junto com a Secretaria da Juventude a fim de assegurar cotas de aprendizes nas empresas contratadas pela prefeitura do Recife, assegurando acesso com prioridade ao público do socioeducativo; diálogo com a procuradoria municipal com vistas a assegurar a contratação de advogados/advogadas dos CREAS Recife, via concurso público; Recebimento de processos físicos através do e-mail do CREAS, a fim de facilitar a construção do PIA (Plano Individual de Atendimento) assim como fortalecimento de outras articulações como exemplo o acesso à cultura, lazer e atividades esportivas para o referido público.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões porque tem embasamento legal na Lei do SINASE, sendo meta nacional do Plano

Decenal Socioeducativo e tem total consonância com a aplicabilidade de uma gestão pública que se preocupa com a implantação de um sistema intersetorial, que prevê uma incompletude institucional em sua execução.

2. AUDIÊNCIA COLETIVA DE ENGAJAMENTO DE ADOLESCENTES E JOVENS NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (PE)

Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas Sobre Drogas

<https://www.tjpe.jus.br/-/projeto-cica-cidadania-recebe-premiacao-do-cnj>

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Promove o atendimento de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE no meio aberto.

A Audiência Coletiva de Engajamento nas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto já era uma realidade desenvolvida pelo Sistema de Justiça, porém com a criação da Sala Cidadania em abril de 2018 e após assinatura de Termo de Cooperação em 26 de janeiro de 2019, a equipe do CREAS passou a atuar de forma mais participativa na construção metodológica do engajamento e sensibilização para garantir o comparecimento do/da adolescente no CREAS através do CICA – Sala da Cidadania de Criança e Adolescente, este foi por muitos anos um desafio a ser sanado pela execução do serviço. Anteriormente não havia nesta proposta pedagógica nem mesmo um arranjo organizativo bem estruturado, com atribuições e papéis bem definidos de cada ator intersetorial na Audiência, ainda não havia sido criado o vídeo institucional com as falas de todos(as) os/as profissionais envolvidos no processo socioeducativo, como representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Prevenção à Vida e CREAS. Consideramos a Audiência Coletiva de Engajamento como boa prática devido ao fato de mobilizar profissionais de diversas políticas públicas, fortalecendo a intersetorialidade, o diálogo e a cooperação na perspectiva de uma construção mais efetiva do

PIA (Plano Individual de Atendimento), tendo inclusive diminuído a não adesão ao acompanhamento socioeducativo em meio aberto, dados estes monitorados pelos registros de informações dos CREAS. Outro fator é a inovação trazida pela Audiência Coletiva ao exibir um vídeo institucional com falas de vários atores intersetoriais, dando visibilidade e referenciando os serviços e seus profissionais, sendo garantido reconhecimento nacional através de premiações a exemplo do Prêmio Prioridade Absoluta do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) com relação ao eixo infracional no dia 24 de agosto de 2021.

A Audiência Coletiva de Engajamento tem se mostrado eficiente como espaço de contato inicial dos/das adolescentes, jovens e seus responsáveis com a execução das medidas socioeducativas em meio aberto pela ótica dos/das profissionais que estarão no dia-a-dia dessas famílias, pela comissão do SIMASE (Sistema Municipal Socioeducativo) e demais atores da rede. Dessa forma, por oportunizar o diálogo de maneira horizontal e democrática, possibilitando o esclarecimento de dúvidas, a audiência é eficaz ao fazer com que o/a adolescente/jovem recém-engajado/a e seus responsáveis saibam de suas responsabilidades e cooperem para o cumprimento mais breve e proveitoso da medida socioeducativa, com acesso à proteção social.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, pois existe inclusive recomendação do CNJ que incentiva os tribunais a executarem junto ao poder público este tipo de atividade intersetorial na sua gestão e facilita o acesso na promoção de direitos sociais aos adolescentes e suas famílias, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e lei do SINASE.

3. PROJETO: CIRANDA: UMA EVOLUÇÃO PARA A VIDA (PE)

4. PROJETO: POR UMA JUVENTUDE EM PAZ E SEGURA (PE)

Centro Especializado em Atendimento a Criança e Adolescente Vítimas de Violência doméstica - CAVIDA

Responsável: Rosemary de Souza Santos Soares de Oliveira

Paulista - PE

FACEBOOK: CAVIDA; INSTAGRAM: CAVIDA.2006 - <http://www.cavidapaulista.com.br/>

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Promove o atendimento dos/das adolescentes e jovens, de ambos os sexos, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e egressos do sistema socioeducativo em situação de vulnerabilidade social, pessoal e de riscos no município de Paulista/PE.

O Projeto POR UMA JUVENTUDE EM PAZ E SEGURA juntamente com o Projeto CIRANDA – UMA EVOLUÇÃO PARA A VIDA constitui numa proposta da OSC CAVIDA, para promover a responsabilização e integração social de 50 (cinquenta) adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, egressos do sistema socioeducativo em situação de vulnerabilidade social, pessoal e de riscos no município de Paulista/PE, em ações de inclusão produtiva e práticas restaurativas para construção de uma cultura cidadã e pacífica no ambiente familiar e comunitário, através de ações preventivas, restaurativas, inovadoras, socioculturais e psicossociais, baseadas na elevação da autoestima, elevação escolar, inclusão social, profissional e no mercado de trabalho.

Os persistentes processos de exclusão social existentes no Brasil se refletem de maneira mais evidente nas comunidades socialmente vulnerabilizadas e, sobremaneira, impactam a vida de adolescentes e jovens, em especial, os elencados no Parágrafo único do art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente.



A proposta dos projetos buscou qualificar o atendimento através do enfrentamento de alguns vetores que remetem adolescentes, de ambos os sexos à prática de ato infracional, qual seja: o consumo de drogas ilícitas, bem como as lícitas, por ser porta de entrada para as primeiras. Esta questão foi demonstrada no 2º Fórum de Atendimento Socioeducativo realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Paulista, em dezembro de 2018, que constatou que (64%) dos atos infracionais praticados no município estão relacionados ao consumo e tráfico de drogas. Observamos, infelizmente, que, para além do perfil identitários dos adolescentes que cometem atos infracionais – em sua maioria, negros e pardos, do gênero masculino e moradores de áreas pobres – eles também apresentam outros caracteres em comum: para estes tudo é muito urgente, pouca noção de cidadania, necessidade de acessar o mercado de trabalho, embora não cientes da importância das qualificações necessárias; precário acesso e/ou fruição de direitos fundamentais, notadamente o de educação, que se reflete na distorção idade/série; uso de drogas e vínculos familiares e comunitários enfraquecidos, situação que, via de regra, se retroalimentam, vez que os atos mais praticados em nossa cidade estão relacionados ao uso/tráfico dessas substâncias e é sabido que a dependência dessas substâncias enfraquecem as relações familiares e comunitárias. Para enfrentar este precário cenário, nos propusemos a utilizar um dos princípios da execução das Medidas Socioeducativas – as práticas restaurativas (Sinase - art. 35, III), como embasamento de nossas ações. Primeiramente a incluímos em nossos instrumentos legais: Estatuto Social, Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico. Em seguida, oferecemos formação sobre essas práticas a nossa equipe técnica e orientadores sociais. Então passamos a realizar círculos restaurativos, com objetivo de fortalecer a comunicação não violenta nas relações dos atendidos com seus pares, equipe técnica do atendimento, familiares e suas comunidades,

para observarmos o estado de nossos valores e crenças em relação ao ato infracional de seus praticantes.

O planejamento das ações é organizado através da equipe multiprofissional, onde são trabalhados conteúdos introdutórios sobre temáticas relativas à infância, juventude, família, redução de danos e riscos, eventos culturais, lúdicos, inclusão digital, acesso à leitura, esportivo, meio ambiente, saúde e exercício da cidadania e universo profissional, cultura de paz, sendo esses conhecimentos balizados em sua formação, objetivando a construção do PIA – Plano Individual de Atendimento.

Percebemos uma evolução no desenvolvimento pessoal e social dos socioeducandos, destacando a autoestima, a reflexão crítica e o comprometimento deles nas atividades propostas, através das parcerias e oficinas realizadas ao longo do período. Destacamos a presença dos parceiros, em especial as equipes do CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, atendendo as demandas de vulnerabilidade social. Essas parcerias contribuem para o fortalecimento da rede socioassistencial, reconhecimento da importância de ações intersetoriais entre as políticas públicas e o reconhecimento dos socioeducandos como sujeito de direitos. As reuniões com a família e os socioeducandos são realizadas quinzenalmente, promovendo temáticas diversas sobre a dinâmica familiar dos atendidos na Entidade como, por exemplo, fortalecimento dos vínculos familiares, Redução de Danos e Riscos, visando trabalhar com os jovens e seus familiares sobre o contexto do uso abusivo do álcool e outras drogas, responsabilização no cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, reflexão sobre as campanhas mensais de saúde, entre outros assuntos. As ações de autoestima enriquecem o conteúdo programático como também a participação da família nas atividades. Esses encontros são realizados mensalmente. Com o intuito de realizar o acompanhamento das metas acordadas no PIA são realizadas periodicamente rodas de diálogos com a equipe interdisciplinar, socioeducandos e seus familiares. Os Trabalhos com as famílias são realizados através de círculos restaurativos, reuniões coletivas e individuais, com visitas familiares e comunitárias no intuito de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, bem como, identificar necessidades de encaminhamentos para a rede de atendimento (programas sociais e demais direitos não acessados). A inclusão dos jovens no mercado de



trabalho e geração de renda é uma das metas a serem atingidas aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e aos egressos do sistema socioeducativo. Dessa forma, o CAVIDA implementou os Cursos de Inclusão Produtiva (Barbeiro Iniciante, Manutenção predial e de Inclusão digital) com formação profissional que atendam aos níveis de escolaridades do grupo e que possibilitem a prática produtiva em curto tempo e na própria comunidade, objetivando através das aulas teóricas e práticas, proporcionar aos jovens oportunidades dos mesmos se profissionalizarem.



Foram implementadas também as Oficinas de Cidadania e Protagonismo Juvenil, objetivando o desenvolvimento social e a criticidade dos atendidos com abordagem de temas decorrentes desses, bem como sobre pertencimento racial, de gênero, orientação sexual, meio ambiente, valorização dos lugares de origens, dentre outros temas. Outra ação importante é a Inclusão dos atendidos no mercado de trabalho através de Programa de Jovem Aprendiz e de aquisição de renda com a fomentação de empreendedorismo. Implantamos também o Espaço de Resolução de conflitos através das práticas restaurativas com objetivo de fortalecer a comunicação não violenta nas relações dos atendidos com seus pares. Capacitamos os profissionais do CAVIDA no Curso de Facilitadores



Restaurativos para essa nova modalidade de trabalho em nosso projeto.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões se compreendermos o cometimento de atos infracionais como uma resposta ao indevido cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estado e da Sociedade ao não garantir os direitos fundamentais e da proteção integral. E que o atendimento da execução das medidas socioeducativas, comporta a situação fática que permitirá aos descumpridores do dever de garantir a proteção integral e a prioridade absoluta - Estado e a Sociedade, uma última possibilidade de reencontrar os detentores da proteção da prioridade refutada para garantir-lhe a recomposição de seus direitos e fomentar seus deveres. Assim, acreditamos que nossas boas práticas poderão ser replicadas, bem como ser incorporadas a outras que atuem com os mesmos princípios e objetivos.

5. PROGRAMA CIDADÃO (PE)

COMVIVA- Centro de Educação Popular
Comunidade Viva

Paulo Fernando Costa

Caruaru-PE

www.comvivacaruaru.com.br

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Promove o atendimento aos adolescentes na faixa etária de 12 até 21 anos de idade em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida.

O Programa Cidadão é uma ação contínua e seu financiamento se dá de forma anual com periodicidade atual de agosto de 2021 à julho de 2022. Objetivos• Contribuir na reconstrução do projeto de vida do adolescente que o leve a ruptura com a prática do ato infracional;• Promover a integração com os vários segmentos comunitários, organizações governamentais e não governamentais como corresponsáveis na atenção ao adolescente autor de ato infracional;• Promover estudos e debates sobre violência, prática de atos infracionais e medidas socioeducativas em meio aberto;• Integrar ações socioeducativas junto à Rede Socioassistencial e

Sistema de Garantia de Direitos, respeitando os direitos humanos, a diversidade cultural e social, além da defesa dos direitos dos/das adolescentes e jovens. • Incentivar a participação das famílias em todo o processo de cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida; • Promover o protagonismo dos adolescentes e suas famílias.

Nessas últimas três décadas tem se tornado cada vez mais necessário à compreensão em torno da presença e do papel ativo desempenhado por crianças e adolescentes das periferias urbanas nas vivências relacionadas às políticas públicas nos campos da saúde, moradia, educação, trabalho, formação, Medida Socioeducativa em Meio Aberto e outros.

Este papel ativo não é fruto de um modismo pedagógico, mas sim, por uma atitude de se dar conta (por parte de educandos/as, educadores/as, técnicos, oficineiros e coordenação), de um conjunto de perspectivas bem como desafios de ordem sócio-político-econômica e cultural que estão relacionados à presença desses atores sociais nas situações de aplicação da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida.



Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, pois o Centro de Educação Popular Comunidade Viva realiza os atendimentos em consonância com os preceitos da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Lei 12.594/2012 – SINASE, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC e do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de Caruaru, dentre outras normativas. Prima pela garantia do direito ao cumprimento da medida socioeducativa adequada ao perfil de cada adolescente; e estimula a participação das famílias nas atividades definidas no Plano Individual de Atendimento – PIA.

6. MANUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO DE FORTALEZA, CEARÁ (CE)

Instituto Terre des Hommes Brasil
Antônio Renato Gonçalves Pedrosa
Fortaleza- CE

<https://www.tdhbrasil.org/>

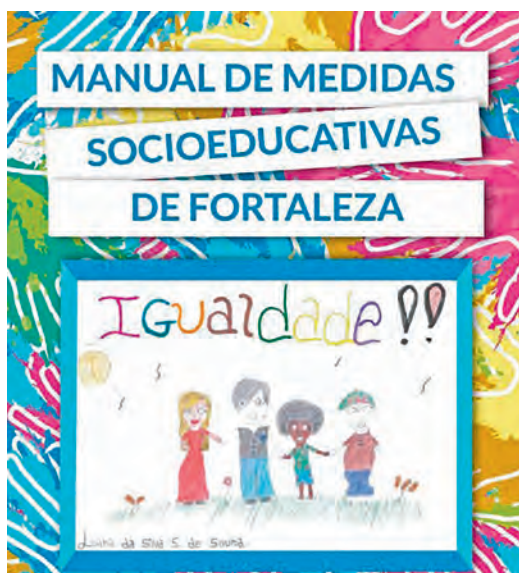
Intersetorialidade e Inovação das Práticas e ações de fortalecimento da rede intersetorial do município para prestar o atendimento integral ao adolescente em cumprimento de MSE/MA.

Promover o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Fortaleza.

O Instituto Terre des Hommes Brasil desde 2017 tem, entre suas intervenções, o fortalecimento de sistema de justiça juvenil que sejam adequados e efetivos junto aos/as adolescentes em conflito com a lei. Com base em uma análise situacional realizada em Fortaleza detectamos ausência de procedimentos unificados, divergências de entendimentos conceituais e operacionais, além de fragilidade nas articulações dos operadores do sistema de justiça com assistência social, que executa as medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade na cidade de Fortaleza. Com isto, decidimos de forma coletiva construir um Manual que possibilitasse e fortalecesse a intersetorialidade das intervenções junto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

As principais ações para operacionalizar a prática foram: 1) Constituição de um grupo de trabalho integrado por representante do Instituto Terre des Hommes Brasil, que tinha a função de coordenar e sistematizar o processo. Representantes da Secretaria de Assistência Social de Fortaleza, que ficou com a responsabilidade de disponibilizar e contribuir com os procedimentos a partir da assistência social. Representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, que contribuíram, a partir das suas competências, com em todo o processo; 2) Realização de grupo focal com adolescentes; 3) Realização de sessões temáticas com os técnicos; 4) Acompanhamento in loco durante seis meses com as equipes dos Centros de Referências Especializados de Assistência Social

de Fortaleza;5) Sessões com o grupo de trabalho, para elaboração, ajustes e complementações do manual.6) Testagem durante seis meses;7) Publicação do Manual;8) Aprovação enquanto política pública pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza.



Manual: <https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/images/PDF-MANUAL-DE-MEDIDAS-SOCIOEDUCATIVAS-LEITURA.pdf>

O Manual contribui para unir forças, qualificar o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e fortalecer o sistema de garantia de direitos.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, pois o próprio Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza reconheceu o Manual como política pública; mesmo com alteração de gestores, o manual permanece como referência para execução das medidas socioeducativas em meio aberto e já foi compartilhado com outros países da América Latina.

7. CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA (MA)

2ª Vara da Infância e da Juventude

Juiz José dos Santos Costa, Coordenador do Centro Integrado de Justiça Juvenil, Maria Betânia Silva Magalhães (Assistente social 2ªVIJ)

São Luís/MA

Intersetorialidade e Inovação das práticas e ações relacionadas às determinações judiciais e execução das medidas socioeducativas em meio aberto nas comarcas e Varas e Execução de Medidas Socioeducativas e no acompanhamento processual e psicossocial prestado aos adolescentes em cumprimento de MSE/MA e seus familiares no âmbito do Poder Judiciário.

Promove o atendimento de adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional e seus familiares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu artigo 88, inciso V, a integração operacional de órgãos destinados ao atendimento inicial ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional. Em conformidade com esse artigo, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA do Maranhão baixou a resolução 05/98, que orienta quanto a instalação de um Centro Integrado de atendimento ao adolescente. Ao longo de muitos anos, o município de São Luís cumpria com essa determinação, entretanto em razão de falta de infraestrutura, o Centro Integrado foi desativado e somente em abril de 2017 foi inaugurada sua nova sede. A Lei Ordinária Estadual nº 10.579, de 10 de abril de 2017, cria o Centro Integrado de Justiça Juvenil (CIJJUV), onde este é composto pela Delegacia de Atendimento ao Adolescente Infrator (DAI), Núcleo de Atendimento Inicial da Fundação da Criança e do Adolescente (NAI-FUNAC), 39ª, 40ª e 43ª Promotorias de Justiça Especializadas, 2ª Vara da Infância e Juventude (2ªVIJ), Defensoria Pública do Estado (DPE), o Núcleo de Justiça Restaurativa (NJR) e posteriormente foi instalado o Núcleo Intersetorial de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto, regulamentado pela Resolução nº 001/2019-CIJJUV, de 20/09/2019. De acordo

com seu regimento interno, o CIJJUV destina-se exclusivamente, ao atendimento de adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional e é composto por equipe interinstitucional, que atua de forma harmônica e respeitando a autonomia das atribuições de cada órgão que o compõe, conforme estabelecido nos artigos 171 a 190 do ECA e nas suas legislações específicas.



Os Centros Integrados existem em todos os Estados, contudo, no caso do Maranhão, destaca-se a celeridade processual e o compromisso com os adolescentes e seus familiares que lá são atendidos, sendo oferecidos diversos serviços. Para efeito das boas práticas aqui apresentadas, evidenciou-se três grandes ações ofertadas no CIJJUV e que juntas contribuem, significativamente, no atendimento diferenciado, dando uma resposta mais célere acerca da responsabilização e reinserção social do adolescente. a) Audiências preliminares de apresentação: Com o advento da Resolução nº 213, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi implementada efetivamente a Audiência de Custódia no Brasil, sendo considerada um grande avanço na concretização de garantias ao indivíduo preso. No entanto, a referida resolução deixou de abordar explicitamente a aplicação da mesma na prática do ato infracional. Justifica-se a aplicação da audiência de custódia às apreensões em flagrante do adolescente envolvido em práticas delitivas, uma vez que o adolescente não deve ser privado de procedimento mais humanizado, voltado para garantir sua integridade física e sua dignidade como ser humano. Neste sentido, o procedimento que envolve as audiências preliminares de apresentação movimenta todo o CIJJUV, ou seja, é garantida a defesa do adolescente pela Defensoria Pública, se o adolescente e sua família não optar por constituir um advogado. Sua família é avisada desde apreensão, devendo estar presente na audiência. É feita pela 2ª VIJ um levantamento sobre os antecedentes

infracionais daquele adolescente, prevenindo assim uma dupla punição e subsidiando o magistrado e o Ministério Público na sua decisão. O Provimento nº 28/2016 – TJMA, em seu art. 3º, prescreveu que “nas audiências de apresentação, além de apreciar a legalidade da apreensão, deverão ser efetivadas desde logo as medidas previstas no art. 180 do Estatuto da Criança e do Adolescente”. Neste aspecto, se destaca a peculiaridade e a importância da audiência preliminar de apresentação, uma vez que ela vai além de apreciar os aspectos legais da apreensão e a necessidade da internação provisória. Dá-se, neste momento, início ao procedimento socioeducativo, sendo que, em face da natureza do ato infracional, aspectos pessoais do adolescente como situação de rua, antecedentes infracionais, o procedimento pode iniciar e finalizar naquele momento. Ou seja, o Ministério Público optando pela remissão, cumulada ou não com a medida socioeducativa em meio aberto, e homologado pelo juiz, o adolescente já sai da audiência encaminhado para o Núcleo Intersetorial de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto para iniciar o cumprimento da sua medida, condicionando a suspensão do processo ao cumprimento daquela, ou o encerrando no caso da remissão pura ou aplicação da medida socioeducativa de advertência. No caso da permanência da apreensão do adolescente, em sede de internação provisória, este já sai intimado da audiência de continuação, tornando-se assim o seu período de custódia provisória na Unidade competente, mais curto, sempre respeitado o prazo legal máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

b) Núcleo de Justiça Restaurativa: Desenvolver atendimento restaurativo de procedimentos ou processos judiciais, em qualquer fase de tramitação, nos órgãos que compõem o CIJJUV.

O procedimento restaurativo será alternativo, complementar ou concorrente ao processo judicial, pelo que será concorrente em caso de remissão cumulada com medida socioeducativa em meio aberto, complementar em qualquer fase do processo e alternativo em caso de remissão cumulada com a Justiça Restaurativa. Obedece aos princípios que orientam a Justiça Restaurativa, como a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a

confidencialidade, a celeridade e a urbanidade. Os facilitadores do NJR serão designados pelo Conselho Gestor do CIJJUV, dentre voluntários ou servidores públicos, devidamente capacitados para esse fim. A metodologia utilizada se baseia no pré-círculo, círculo e pós-círculo.



O primeiro contato se dá através de contato telefônico, visita domiciliar ou correspondência com aviso de recebimento, agendado o dia de comparecimento para realização do pré-círculo.

c) Núcleo Intersetorial de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto: É a porta de entrada do serviço de medida socioeducativa em meio aberto do município de São Luís, para agilizar o atendimento necessário nas áreas da assistência social, educação e saúde no município de São Luís. A metodologia de atendimento pauta-se na recepção do adolescente e seus familiares, acolhida com esclarecimento das normas e funcionamento do serviço, encaminhamentos ao CREAS em que o/a adolescente irá cumprir efetivamente a MSE, respeitando sempre a condição de segurança no território, sendo que na área da educação o/a adolescente é encaminhado para o retorno ao ensino regular, principalmente os que se encontram evadidos do sistema escolar e na área da saúde é feito as orientações a saúde mental e drogadição. Importante esclarecer que eles já saem do atendimento com a data de apresentação para o CREAS em que será responsável por acompanhá-los.

O Núcleo iniciou suas atividades em outubro de 2019 e permanece até os dias atuais, sendo um forte parceiro na reinserção do adolescente na comunidade.

O relato de boas práticas aqui apresentado revela, a partir dos princípios e bases legais que as fundamentam, que é possível serem replicadas em outros espaços, desde que haja interesse coletivo e vontade política.

Região Sudeste: Recebemos 6 (seis) propostas de Boas práticas desenvolvidas na região sudeste, destas, apenas uma executada no âmbito da universidade e as demais sendo executadas tanto no espaço das entidades da sociedade civil organizada quanto dos órgãos governamentais. São estas as boas práticas:

1. Projeto de Extensão Laços/PUC Minas (MG);
2. Projeto Trampolim (MG);
3. Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas (MG);
4. RISCANDO O RISCO: o significado e o sentido das tatuagens em adolescentes em conflito com a lei (SP);
5. Acolhimento e Atendimento Humanizado e Flexibilizado (ES);
6. ROTA DA CULTURA: passeios culturais (ES).

1. PROJETO DE EXTENSÃO LAÇOS/ PUC MINAS (MG)

Faculdade de Psicologia/PUC Minas -
Projeto Laços/PROEX/PUC Minas

Professora Cristina Campolina Vilas Boas
Belo Horizonte/Minas Gerais

<https://www.instagram.com/lacosprojeto/>

Inovação e Intersetorialidade: Práticas e ações de fomento de parcerias locais, municipais, estaduais e/ou institucionais que garantam o acompanhamento e encaminhamentos dos/das adolescentes em cumprimento de MSE/MA para as políticas setoriais e/ou programas específicos.

São atendidos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto em Belo Horizonte através de parceria com CREAS/Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte.

A extensão constitui-se em parte indissociável das atividades universitárias e elo fundamental da interface da academia com a comunidade. A participação da universidade na assistência ao adolescente, sobretudo aquele em situação de vulnerabilidade socioeconômica é extremamente relevante, tanto quanto delicada. Acompanhar o adolescente autor de ato infracional e já inserido no Sistema Socioeducativo

constitui-se como um grande desafio que inspirou a criação do Projeto de Extensão Laços/PUC Minas em 2015.

O Projeto de Extensão Laços/PUC Minas se caracteriza pela elaboração e execução de oficinas nos eixos de arte, política, esporte e território com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto na cidade de Belo Horizonte. O Projeto sela parceria entre os Cursos de Direito e Psicologia PUC Minas/Coração Eucarístico e os Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) Noroeste e Barreiro/Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Anteriormente a pandemia de COVID-19, semanalmente eram realizadas oficinas e lanche (duração de 2 horas) com os adolescentes em cumprimento de medidas de meio aberto tanto no Campus Coração Eucarístico/PUC Minas, quanto nos territórios de residência dos adolescentes em BH.



Destaca-se que através das atividades do Projeto Laços/PUC Minas fomenta-se:• a participação na construção de política pública de assistência social, executora das medidas socioeducativas de meio aberto pela Prefeitura de Belo Horizonte;• a promoção da responsabilização objetiva e subjetiva dos adolescentes por seus atos infracionais;• a sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica da PUC Minas para lidar de maneira ética com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto;• o desenvolvimento de pesquisas com e sem financiamento da Universidade que geraram uma série de trabalhos de conclusão de curso, de artigos científicos;• a organização e a participação de professores e alunos extensionistas de/em eventos científicos.

O Projeto Laços vai na contramão de uma ordem que coloca o jovem em cumprimento de medida socioeducativa em um sistema

nominativo inflexível que vulnerabiliza seus corpos no tecido social.

Entende-se que o Projeto possibilita criar espaços que convocam o sujeito a reinventar-se, ainda que este esteja em um momento de delicada transição pelo efeito da adolescência, no qual vivenciam significativos impasses sobre si, e neste caso, seu envolvimento com o ato infracional. Para tanto, não basta apenas ir à contramão desta ordem, é preciso para, além disso, ofertar a palavra e a escuta enquanto dispositivos que promovam um lugar onde o adolescente possa recontar a sua história e articular novas modalidades de laço social.



Acreditamos que o Projeto Laços/PUC Minas pode perfeitamente ser desenvolvido por outras universidades em parceria com os serviços de execução de medidas socioeducativas de meio aberto. É um projeto simples, de baixo custo e grande impacto.

2. PROJETO TRAMPOLIM (MG)

Instituto Minas Pela Paz

Belo Horizonte- Minas Gerais

<https://www.minaspelapaz.org.br>

Inovação e Tecnologia social que potencializa a inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Práticas e ações de fomento de parcerias locais, municipais, estaduais e/ou institucionais que garantam o acompanhamento e encaminhamentos dos/das adolescentes em cumprimento de MSE/MA para as políticas setoriais e/ou programas específicos.

Promove o atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Iniciativa do Minas pela Paz, o Projeto Trampolim é fruto da articulação e colaboração

de todos os atores envolvidos. Portanto, trata-se de uma ação construída por muitas “mãos”. E por isso contou e conta com a experiência acumulada através do projeto desde 2012, ano de sua idealização e constituição, e o saber acumulado no encaminhamento, a capacitação e inserção profissional dos adolescentes já atendidos pelo Projeto Trampolim desde 2013. Além disso, é importante ressaltar que o projeto vale-se do saber e da competência técnica de todas as instituições envolvidas. Primeiros Passos: em 2012 o governo estadual e a administração municipal de Belo Horizonte, demandou ao Minas pela Paz um projeto que atendesse aos adolescentes acompanhados pela política de atendimento socioeducativo. A partir daí o Minas pela Paz deu início ao que hoje se configura como Projeto Trampolim. O primeiro passo foi conhecer a política de atendimento socioeducativo desde a gestão estadual até a execução municipal. Conhecer todo o organograma institucional desde a SUASE e suas Diretorias chegando até a estrutura física e às ações nas unidades de internação e das casas de semiliberdade e, sobretudo, conhecer e reconhecer o trabalho de todas as pessoas envolvidas. Realizamos visitas e reuniões junto a poder público municipal para conhecer a política municipal de execução de medidas socioeducativas de meio aberto. O acesso se deu através da Gerência de Coordenação de medidas socioeducativas de Belo Horizonte. Conhecemos ainda o sistema de justiça juvenil estabelecido em Belo Horizonte onde nos foi possível conhecer a operacionalização e os fluxos do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH). Por fim, investigamos quais ações e experiências foram desenvolvidas na cidade, para promoção da qualificação e inserção profissional dos adolescentes acompanhados pela política de atendimento socioeducativo. Ao final deste estudo, o Minas Pela Paz resolveu que a partir da sua missão e sua expertise poderia contribuir propondo o projeto que teria como objetivo a inserção profissional dos adolescentes em cumprimento e egressos das medidas socioeducativas. Nascia, assim, o Projeto Trampolim.

A partir de 2013 o Minas Pela Paz convidou os principais atores do sistema de atendimento socioeducativo em Belo Horizonte para construir um projeto cujo objetivo era promover a inserção profissional dos adolescentes de acordo com a legislação trabalhista vigente. Nas reuniões de construção do projeto “socioeducativo”, como era denominado inicialmente,

compuseram a mesa: representantes do CIA-BH, da SUASE, da GECMES e por fim da ASSPROM. A cada reunião o projeto ganhava corpo e forma.

O nome do projeto faz uso do radical, “trampo”, termo presente na linguagem informal com desinência similar ao substantivo/verbo – trabalho/trabalhar.



Ou seja, o nome do projeto pretende dialogar com a linguagem informal da juventude (gíria) que designa trabalho por trampo! - “estou precisando de um trampo”, “tô indo pro trampo”, “Eu estava trampando”. Além deste aspecto, a imagem que pretendemos elucidar é a do trampolim mesmo, plataforma sobre a qual se pode impulsionar o corpo fazendo-o se deslocar para acessar lugares mais altos. Neste caso, estamos falando da inclusão social propriamente dita. Assim, o projeto Trampolim pretende oportunizar aos adolescentes outros lugares sociais que rompam com os processos de criminalização e de exclusão social e possibilitem uma vivência da adolescência protegida socialmente. Por princípio, o projeto Trampolim pretende-se então, promover uma articulação que compõe uma plataforma institucional para a inserção profissional dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos fazendo-os alcançar outros lugares sociais, promovendo assim a sua inclusão social através do mundo do trabalho.

Ao fim de 2013, a ação e a metodologia estavam constituídas e iniciávamos a mobilização de adolescentes e empresas para inserção profissional. A mobilização de adolescentes foi bem sucedida, já a segunda, mobilização de empresas, não se deu da mesma forma. O preconceito e o medo prevaleceram e as vagas de trabalho para os adolescentes não se efetivaram. Os adolescentes mobilizados esperaram por um longo período. Notícias de reentradas no sistema socioeducativo chegavam e até mesmo um óbito

por causa violenta. Percebemos que o tempo do projeto Trampolim estava muito aquém do tempo social dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Era preciso repensar e readequar a proposta. A comissão estratégica do projeto Trampolim decidiu que a ação deveria contar com a participação de um número maior de entidades profissionalizantes e de outros atores para dar celeridade ao processo de acolhimento e inserção profissional dos adolescentes. Em 2014 o Minas pela Paz foi convidado a compor o Fórum Permanente de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte. Iniciativa da promotoria da infância e da adolescência, este fórum é constituído por diferentes instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos dos Adolescentes, em especial aquelas que atendem e acolhem adolescentes autores de atos infracionais. Sob o escopo do Fórum, foram constituídas 11 (onze) comissões temáticas para discussão e proposições de ações focadas em temas específicos, dentre elas a comissão de profissionalização que, ao longo de 2014 e 2015, ficou sob a coordenação do Minas pela Paz. Através da comissão de profissionalização, as entidades profissionalizantes foram convidadas para uma reunião onde lhes foram apresentados dados sobre o acesso dos adolescentes acompanhados pelo atendimento socioeducativo a qualificação profissional e ao mercado de trabalho protegido. A partir deste encontro, um grupo de trabalho composto por representantes das entidades profissionalizantes: ASSPROM, CEDUC, CRUZ VERMELHA, CCEE, REDE CIDADÃ e o SENAI, começou a se reunir para pensar como essas entidades poderiam contribuir para a promoção da inserção profissional dos adolescentes.

O grupo de trabalho entendeu que uma ação já estava constituída e que o melhor caminho seria pensar uma participação a partir daquela iniciativa, no projeto Trampolim.



Através da experiência acumulada pelo projeto e da articulação que já estava consolidada, o grupo de trabalho em parceria com o Minas pela Paz, redesenhou a metodologia do projeto possibilitando um ordenamento institucional em que as entidades profissionalizantes participariam de forma mais efetiva na formação, inserção e acompanhamento dos adolescentes.

A partir de dezembro de 2014 o Projeto Trampolim retomou sua operação a partir do reordenamento metodológico. Apresentaremos a seguir, de forma descritiva, a metodologia do projeto.

Em 7 anos o Projeto Trampolim consolidou-se como tecnologia social de inclusão socioprofissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que acumulou conquistas e desafios. Em estudo realizado pelo Minas pela Paz mostra que do total de adolescentes inseridos entre 2014/2019, 84,7% adolescentes foram contratados, proporcionando formação profissional e geração de renda. Isso significou proporcionar a melhoria na renda de 85% das famílias contempladas através do salário pago aos adolescentes e o benefício do transporte.

O Projeto Trampolim foi idealizado para potencializar e realizar o que preconiza o SINASE no que tange a inserção profissional dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Onde houver no Brasil um adolescente cumprindo medida socioeducativa, uma entidade formadora habilitada a executar programas de aprendizagem e uma empresa obrigada a contratar aprendizes, a tecnologia social do projeto Trampolim poderá ser executada.

3. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E PROTETIVAS (MG)

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
- Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas

Maira Cristina Soares Freitas

Belo Horizonte – Minas Gerais (MG)

<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/suass/namsep>

Intersetorialidade: Práticas e ações de fortalecimento da rede intersetorial do município

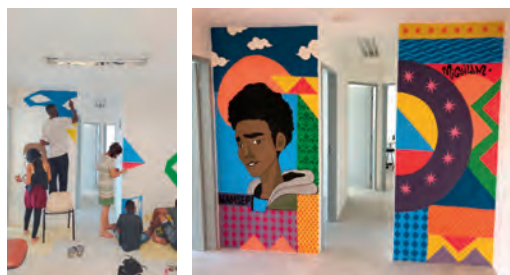
para prestar o atendimento integral ao adolescente em cumprimento de MSE/MA.

Promove o atendimento de adolescentes que receberam determinação judicial para o cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto (LA E PSC) e/ou Medidas Protetivas.

O Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas – NAMSEP, de execução intersetorial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, surge em 2011 após criação do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIA/BH, em dezembro de 2008, para agilizar e dar efetividade à execução das medidas socioeducativas em meio aberto e medidas protetivas garantindo o acesso às ofertas das políticas públicas.

Após passar por audiência, os adolescentes são encaminhados ao NAMSEP com determinação de medida socioeducativa em meio aberto e/ou protetiva. Quando o adolescente chega para atendimento no NAMSEP, o técnico procura se inteirar dos documentos recebidos pelos comissários. Este é o momento de verificar se há algo incorreto na documentação, e solicitar imediata correção. Nesse atendimento, procuramos compreender a natureza do ato, se há risco e/ou ameaça, permitindo espaço de fala, tanto do(a) adolescente quanto dos familiares, em momento posterior, além de contribuir para que o/a adolescente e seu responsável tirem as dúvidas a respeito do cumprimento da MSE e ou protetiva. O NAMSEP é um espaço de acolhida, escuta e encaminhamento. Um dos fatores que impactam diretamente o atendimento realizado no NAMSEP, diz do longo tempo de espera do(a) adolescente desde sua apreensão e a realização de todos os procedimentos necessários, como os descritos acima, até a sua chegada ao núcleo. Esse longo percurso do(a) adolescente nas instituições que compõem o CIA/BH, nos remete a questão da urgência, pois no cotidiano de trabalho nos deparamos com várias “urgências”: a subjetiva, a institucional, a objetiva, a urgência do técnico, dentre outras. Mesmo diante desse cenário, onde tempo e espaço provocam um assujeitamento tanto dos adolescentes como de suas famílias, faz-se necessário criar um outro espaço e outro tempo nesse cenário de urgências, onde os sujeitos possam aparecer por meio da fala. Isso nos impele a criar um espaço que fuja a serialização imposta pela instituição, construindo um espaço de pausa, um corte para que as subjetividades possam aparecer. Trata-se de um encontro diário com as mais diferentes

situações nas quais o/a adolescente é escutado(a) na sua singularidade, promovendo, a partir da palavra, o seu lugar como sujeito. Esse encontro propõe que o adolescente “tome” a palavra. Nesse tempo de atendimento com os/as adolescentes e seus familiares, construímos com eles os encaminhamentos, indo para além de responder ao que foi determinado em sentença pelo Juiz. Construímos com os/as adolescentes as estratégias necessárias para atender a sua demanda. Para tanto, temos no Núcleo, técnicos da política de assistência social, que pode construir os encaminhamentos necessários para os serviços tanto da proteção social básica, quanto a proteção especial. Nos casos dos/das adolescentes com determinação de MSE em meio aberto, realizamos os encaminhamentos para os técnicos de referências dos 9 CREAS do município de Belo Horizonte. Os casos de adolescentes que receberam as Medidas Protetivas V e VI, o que apresentar alguma [necessidade] de acompanhamento da saúde, os técnicos da saúde realizam os encaminhamentos para os técnicos da PNAISARI (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei) e/ ou para algum serviço de saúde mental. E nos casos dos/das adolescentes que estão fora da escola a nossa construção é no sentido de, a partir do atendimento e da reflexão dos motivos que o levaram a abandonar os estudos, possibilitar a invenção de um novo sentido para o retorno e com isso encaminhá-los às equipes de cadastro escolar e acompanhamento pedagógico, tanto da rede municipal quanto da estadual para a efetivação da matrícula.



O NAMSEP tem como fundamento [em] seu trabalho, a proteção e a garantia de direitos. A oferta dos serviços das três políticas públicas (Assistência Social, Educação e Saúde) por vezes não são acessadas pelos(as) adolescentes. Os/as adolescentes que atendemos, muitos deles(as), estão fora da escola, não acessam o centro de saúde e não são acompanhados(as) pelos serviços

da Assistência Social, se tornando visíveis apenas pela política de segurança pública. O NAMSEP se apresenta como uma ponte que, ao atender os/as adolescentes apreendidos e sentenciados, acolhe e escuta os para além do ato infracional cometido e os/as encaminha para os diversos serviços, programas e projetos das três políticas públicas.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, já que a proposta desse Núcleo está prevista em leis, cabe ao poder público em cidades com Vara Infracional instituir esse espaço.

4. RISCANDO O RISCO: O SIGNIFICADO E SENTIDO DAS TATUAGENS EM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI (SP)

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas

Leonel Castro Cabral

Campinas / SP

www.comec.org.br ou @comeccampinas

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Promove o atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Nas medidas socioeducativas realizadas no Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), o tema tatuagem é um signifiante importante para compreensão social das histórias de vida, pois simboliza alegrias, conflitos e situações de riscos. Parte dos/das adolescentes relatam situações de arrependimento, agressões e preconceito, para com estas marcas no corpo que, em sua maioria, foram realizadas sem a autorização de seus responsáveis, o que representa conflito familiar e com a lei. Alguns destes desenhos, segundo relatos, simbolizam um momento de identificação com o universo infracional e esta forma de representar no corpo levam as características que são reconhecidas facilmente pelo social. Este reconhecimento acontece tanto pela escolha do desenho, como pela técnica, geralmente realizada por um tatuador não profissional e executada com materiais e procedimentos pouco higiênicos e com riscos de prejuízos à saúde. O uso destes símbolos tatuados modifica a maneira

como são identificados pela comunidade, instituições, escola ou seus pares, reforçando os preconceitos e estigmas já vivenciados cotidianamente relacionados à criminalidade. Neste relato de experiência, apresentamos atividades que tem por objetivo potencializar o diálogo, a construção de vínculo e a possibilidade de transformação do convívio social.



O projeto Riscando O Risco, é uma intervenção educativa elaborada e realizada pelos profissionais do COMEC, entre 2019 e 2021 e contou com o apoio do Serviço Social do Comércio - SESC Campinas, tatuadores e de empresas privadas da área da remoção e materiais para a realização de tatuagens. O objetivo principal desta metodologia socioeducativa é ampliar o diálogo sobre as marcas físicas e emocionais vivenciadas pelos adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo.



O trabalho foi realizado em três etapas: A primeira realizada pela equipe técnica (educador,

psicólogo, estagiários) consistiu na apresentação de uma exposição sobre o tema para os grupos socioeducativos atingindo 100 adolescentes e familiares. Na segunda realizamos a triagem dos adolescentes que apresentavam arrependimento das imagens e realizamos um trabalho de orientação entre o jovem, a família, o orientador de medida e o artista tatuador definindo qual imagem poderia ser reconstruída. A terceira, etapa final, foi a remoção e/ou cobertura da tatuagem antiga com um novo símbolo, realizado por profissional qualificado, respeitando às leis, aos padrões de segurança e higiene da tatuagem. Importante consignar que a ação programática é tida como uma atividade-meio que favorece o alcance de uma das finalidades das medidas socioeducativas, que visam a superação da vivência e das situações infracionais. Transformar uma identidade infracional é propiciar um futuro pautado em novos patamares de interação social e cívica.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões. O projeto foi realizado em 3 etapas diferentes. Sendo assim, principalmente a primeira etapa não depende de recursos que vão além de materiais pedagógicos, da própria equipe e dos(as) socioeducandos(as). As demais são mais difíceis de serem realizadas, pois exige recursos financeiros e parcerias externas. No entanto, em nossa experiência, percebemos que tem grande apelo social e interesse de voluntariado.

5. ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO HUMANIZADO E FLEXIBILIZADO (ES)

Prefeitura Municipal de Guarapari – Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania – Projeto “Novos Rumos”

Niuz Medeiros Leite Guimarães Silva
Aparecida dos Santos Coelho Willian de Souza
Neves Júnior Zeembiski Fernandes Kaniski

Guarapari – Espírito Santo (ES)

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Promove o atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Após os atendimentos realizados com os/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, percebeu-se que alguns trabalhavam em horário comercial ou em outro município, o que inviabilizava ou dificultava que estes(as) comparecessem às oficinas ofertadas e aos atendimentos. Portanto, fez-se necessário a criação de atendimentos com horários flexibilizados para que ocorresse uma maior adesão e regularidade ao cumprimento da medida.

Os atendimentos são realizados quinzenalmente pela equipe técnica, após horário de trabalho: das 18h às 20h, divididos em dois grupos. Os(As) socioeducandos(as), primeiramente, são acolhidos, é oferecido lanche e posteriormente iniciava-se os atendimentos buscando trazer conteúdos com temas reflexivos como por exemplo: Os perigos da exposição na internet, racismo, importância da educação, convívio familiar e outros. Os atendimentos são realizados com o objetivo de conciliar a medida socioeducativa com o trabalho do/da socioeducando(a), de forma que não traga prejuízo no cumprimento da medida.

Conseguiu-se 100% da adesão ao cumprimento da medida socioeducativa aos/as socioeducandos(as) que combinaram, junto a equipe técnica, de serem atendidos(as) em horário extraordinário. Estima-se que, caso os atendimentos não tivessem sido planejados dessa forma, os(as) socioeducandos(as) que realizam atividades laborais teriam dificuldades no cumprimento da medida, podendo ocasionar descumprimento.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, devendo ser viabilizada após estudo que permita compensar a equipe que se dispõe em atender em horário específico, de maneira que tal flexibilidade depende de ações como por exemplo, banco de horas, ou folgas previamente combinadas. Para que tenha êxito, necessita-se que o equipamento esteja em território neutro para garantir a segurança tanto da equipe técnica, quanto do(a) socioeducando(a).

6. ROTA DA CULTURA: PASSEIOS CULTURAIS (ES)

Prefeitura Municipal de Guarapari –
Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e
Cidadania – Projeto “Novos Rumos”

Niuzza Medeiros Leite Guimarães Silva
Aparecida dos Santos Coelho Willian de Souza
Neves Júnior Zeembiski Fernandes Kaniski

Guarapari – Espírito Santo (ES)

Inovação das práticas e ações que promo-
vam novos conhecimento a respeito da cultura,
história e geografia do estado onde reside.

Promove o atendimento de adolescentes
em cumprimento de medida socioeducativa em
meio aberto.

Após os atendimentos realizados com
os adolescentes em cumprimento de medida
socioeducativa em meio aberto, percebeu-se que
estes, em sua significativa maioria, possuíam
pouco ou nenhum contato com a cultura local e
desconhecimento a respeito de pontos turísticos,
costumes, tradições regionais e etc. Com o intuito
de promover novos conhecimentos e trabalhar o
interesse dos/das socioeducandos(as) com rela-
ção a cultura, como parte do atendimento ao
sujeito de modo integral, criou-se os Passeios
Culturais para que seja possível proporcionar
vivências e contato com estes locais e histó-
rias. Após perceber a necessidade dos Passeios
Culturais, a equipe técnica fez um levantamento
de possíveis pontos a serem visitados e possíveis
parcerias para sua realização.

Acordou-se que os passeios seriam reali-
zados preferencialmente em períodos bimestrais
com acompanhamento dos profissionais que
compõe o projeto Novos Rumos: coordenador,
assistente social, pedagoga, psicólogo e ofici-
neiros. Com o objetivo de despertar o interesse
pela cultura de forma lúdica e prática por meio
de passeios, levando os(as) socioeducandos(as)
ao convívio e interação direta com locais que
agregam conhecimento, tornando-os multipli-
cadores. Foram realizadas visitas em locais no
município do Espírito Santo, como por exem-
plo: Centro Cultural Tambor de Congo, Jardim
Botânico da Vale, Museu da Vale, Fábrica de
Chocolate Garoto, Galeria de Arte “Homero
Massena”, Palácio Anchieta, Convento da Penha,
Cachoeira de Matilde, Museu Ferroviário de
Matilde e outros.



Como resultado alcançado, percebeu-se
uma maior interação do/da socioeducando(a)
com a equipe técnica do Projeto “Novos Rumos” e
melhor adesão a medida socioeducativa, propor-
cionando a reflexão sobre novos conhecimentos
e práticas e ampliando o repertório cultural do/
da socioeducando(a).

Acreditamos que a boa prática pode
ser executada em outras localidades, contex-
tos e regiões através do levantamento prévio de
locais onde os(as) socioeducandos(as) possam
ter interesse. Alguns dos desafios que podem ser
encontrados, estão relacionados ao transporte
adequado de van ou micro-ônibus, dependendo
do quantitativo de socioeducandos(as), bem
como a alimentação que deverá ser providenci-
ada pela gestão.



Região Sul: Recebemos 4 (quatro) boas práticas representando os três estados localizados na região Sul do país, as quais:

1. Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS – PPSC (RS);
2. Caráter Pedagógico e Cultural nas Medidas Socioeducativas (RS);
3. Passos e (des) compassos: Guia de Apoio à Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade (PR);
4. PROJETO “DESPERTAR” (SC);
5. Oficina Socioeducativa Virtual (SC).

1. PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE DA UFRGS – PPSC (RS)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Porto Alegre/RS

<https://www.ufrgs.br/ciess/ppsc/>

Inovação e Intersetorialidade / interdisciplinaridade:

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Oferta atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e suas famílias.

O projeto surgiu em 1997. A UFRGS já recebia adolescentes antes da municipalização da medida em Porto Alegre, encaminhados pelo Judiciário. O projeto nasceu na Faculdade de Educação, sob coordenação da professora Carmem Craidy, há muito, uma referência no tema da socioeducação. O objetivo era construir uma “pedagogia para as medidas de meio aberto”, onde a dimensão educativa da medida se sobrepusesse a sua natureza punitivista. Os/as adolescentes eram recebidos no PPSC (equipe de referência) e encaminhado(a)s a setores da Universidade, aonde servidores voluntários assumiam a orientação dos/das adolescentes na execução das suas tarefas. Em 2001 a Prefeitura de Porto Alegre, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania, criou o Programa

Municipal de Execução de Medidas de Meio Aberto - PEMSE e a experiência do PPSC foi orientadora na formação dos profissionais que atuariam no PEMSE.

O programa é uma referência - dentro e fora da UFRGS - atuando de forma interdisciplinar e em rede no acompanhamento dos e das adolescentes, com equipe constituída por uma técnica em assuntos educacionais da Universidade (coordenadora do programa há oito anos desde a aposentadoria da professora Carmem), professores e estudantes (bolsistas, estagiários e residentes) de várias áreas do saber. O programa, com quase 25 anos, deu origem ao Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação - Órgão Auxiliar da FAGED/ UFRGS - que reúne outros dez projetos voltados para a educação social, socioeducação e direitos humanos. Atualmente recebemos os/as adolescentes dos CREAS de três microrregiões da cidade que, no primeiro dia, vêm acompanhados/das de seus responsáveis para uma entrevista inicial. Depois desse primeiro momento, são agendados/das para dar início ao cumprimento da medida, inicialmente, incluídos nas oficinas socioeducativas - atividade semanal que funciona como uma estratégia de acompanhamento coletivo, com atividades educativas, culturais e de autoconhecimento.



Depois de três participações em oficinas, os/as adolescentes escolhem em que setor desejam atuar. A equipe do PPSC segue no acompanhamento individual, atualizando o Plano Individual do Adolescente (PIA) a partir de uma metodologia que denominamos como “fazer com” o/a adolescente em articulação com outros

programas e projetos da UFRGS e da rede de serviços e políticas públicas.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões. Acreditamos que cada instituição pode, não só inspirar-se na nossa experiência, como principalmente, explorar possibilidades e criar novas a partir dos recursos que disponibiliza, adequando o trabalho à sua realidade.

2. CARÁTER PEDAGÓGICO E CULTURAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (RS)

Fundação de Assistência social e Cidadania – Fasc Creas Centro

Meri Monteiro

Porto Alegre – RS

Intersetorialidade de práticas e ações de fomento de parcerias locais, municipais, estaduais e/ou institucionais que garantam o acompanhamento e encaminhamentos dos/das adolescentes em cumprimento de MSE/MA para as políticas setoriais e/ou programas específicos.

Promove o atendimento de adolescentes e suas famílias.

Através da observação do cumprimento das medidas socioeducativas de forma, muitas vezes, com caráter punitivo um resultado onde o/a adolescente não cumpria a medida e tornando-se revoltado(a). Com base no SINASE e no ECA foi se buscando alternativas para proporcionar a estes adolescentes um cumprimento de medida com caráter pedagógico e inserção na sociedade. Proporcionando experiência que eles não teriam por si só ou através do seu meio social. Como exemplo: ir ao teatro, visitar museus, assistir a concertos... Forma de ampliar seus horizontes.

As ações da boa prática se amparam na busca pela inserção dos/das adolescentes nas agendas culturais do município, estado ou instituição privadas, além de:

- Ampliar às instituições parceiras que tem essa mesma visão de inserção dos/das jovens;
- Proporcionar a participação de em diferentes áreas culturais para que desenvolvam suas habilidades;
- Desenvolver as atividades com equipe multidisciplinar.

As atividades são mensais a partir de assembleias com os adolescentes na construção dos interesses.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões porque são práticas simples que não necessitam de grandes investimentos, mas parcerias intersetoriais ou seja, cultura, artes, esportes.

3. PASSOS E (DES)COMPASSOS – GUIA DE APOIO À MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PR)

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS II)

Giane Franciele Negri / Priscila Moura Franch

Foz do Iguaçu - PR

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Promove o atendimento de adolescentes/jovens em cumprimento de MSE/MA.

A partir da execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto (MSE-MA), no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS II), identificou-se por meio dos atendimentos individuais e coletivos, como por exemplo, o grupo de adolescentes/jovens a necessidade de intervenções diferenciadas visando alcançar de forma mais efetiva o caráter pedagógico das MSE-MA. Assim, uma das equipes técnicas de referência do serviço de MSE-MA, elaborou o referido guia, para nortear uma nova forma de atendimento, com vistas a qualificar as intervenções realizadas.

O Guia é utilizado durante os atendimentos individuais, podendo também ser coletivos, com todos/as os/as adolescentes/jovens em cumprimento de MSE-MA, sendo seu conteúdo dividido por três eixos - Identidade, Vivências, Protagonismo e Cidadania.

Cada eixo traz em suas páginas temáticas relacionadas ao cotidiano escolar, familiar, cultural, comunitário, afetivo, assim como, perspectivas futuras, dentre profissionalização,

sonhos, etc. Visa fortalecer a relação entre educador(a) e educando(a); permitir reflexões dialógicas no cumprimento da MSE-MA e alcançar o caráter pedagógico da MSE-MA. Os atendimentos acontecem de forma semanal ou quinzenal, envolvendo o/a adolescente/jovem e a equipe de referência.



Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, pois trata-se de uma ferramenta para aperfeiçoar o atendimento, e estabelecer uma relação de vínculo entre educador(a) e educando(a), permitindo a construção de reflexões e também um novo olhar em relação aos diversos temas abordados. Sendo possível sua releitura em outros espaços de trabalho.

4. PROJETO “DESPERTAR” (SC)

Secretaria Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul – SC

Miguel Fernando Ramos Rodrigues
- Psicólogo

Guarujá do Sul - Santa Catarina (SC)

Inovação e Intersetorialidade das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares e práticas e ações de fomento de parcerias locais, municipais, estaduais e/ou institucionais que garantam o acompanhamento e encaminhamentos dos/as adolescentes em cumprimento de MSE/MA para as políticas setoriais e/ou programas específicos.

Promove o atendimento aos adolescentes e seus familiares.

O projeto surgiu da necessidade de criar uma ação para atender os/as adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa em Meio Aberto por meio de um projeto que direcionasse um olhar humano e acolhedor em prol deste público, proporcionando para os/as mesmos/as uma oportunidade de reinserção social, de forma respeitosa, construtiva e integrativa, bem como o suporte psicossocial para os integrantes das famílias dos/das adolescentes.

Foi através desta necessidade que surgiu o Projeto despertar, que conta com o apoio de instituições municipais e regionais como por exemplo, escolas, empresas, poder legislativo, poder executivo, Ministério Público, e demais parceiros, que hoje atuam no projeto Despertar, proporcionando uma oportunidade de evolução pessoal aos adolescentes atendidos.



As ações que envolvem a Boa Prática incluem: o envio do planejamento do projeto ao Ministério Público para avaliação dos objetivos e interesses do projeto num primeiro momento. Posterior a isso, os organizadores do Projeto Despertar desenvolveram um calendário de ações e atividades inclusivas, educativas e construtivas com os/as adolescentes que tem participado de forma acentuada em todas as ações. As atividades incluem desde conhecer a funcionalidade da Câmara de Vereadores, observando e participando da construção de um projeto de Lei, a participação em uma sessão solene, como também visitas a empresas e empresários de sucesso, participação em palestras com especialistas na temática de Criança e adolescente, dentre outros.

O desenvolvimento do projeto propõe a realização de encontros, primeiramente, com os/as adolescentes, depois com os seus pais e/ou responsáveis, e depois com ambos juntos – pais e/ou responsáveis e adolescentes – propondo o diálogo a partir de temas diversos que envolvem orientações, fortalecimento de vínculos,

e principalmente o fortalecimento psíquico de que a vida pode ter um novo direcionamento se assim eles se permitirem. Cabe ressaltar que o feedback espontâneo dos/das adolescentes e de seus familiares aprovando o projeto, é o que gera um sentimento positivo e enriquecedor para que continuemos firmes no objetivo de evolução e reinserção dos adolescentes no meio social em que vivem, de forma a amenizar os traumas muitas vezes ocasionados pelos comportamentos que levavam anteriormente. Este projeto retrata a oportunidade que a instituição e os parceiros tem na ressocialização dos adolescentes e na ajuda mútua às famílias que também sofrem os impactos do ato infracional cometido pelo(a) adolescente, recebendo, portanto, o devido e humanizado acolhimento por meio do Projeto Despertar.

Acreditamos, com toda convicção que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões. É importante que possamos expandir as práticas que deram certo, e os parceiros que nos ajudam nesta cidade também existem em outras cidades. Só se faz necessário que as demais cidades, a partir do conhecimento do projeto, busquem as parcerias necessárias e promovam a adaptação do projeto de acordo com a realidade de cada município.

5. OFICINA SOCIOEDUCATIVA VIRTUAL (SC)

Prefeitura municipal de Florianópolis - Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS ILHA - Serviço de medida socioeducativa LA/PSC

Florianópolis- SC

Inovação das práticas e ações em socioeducação no que concerne ao atendimento e ao acompanhamento direcionado ao adolescente em cumprimento de MSE/MA e seus familiares.

Promove o atendimento de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade e Liberdade assistida. Tal projeto surgiu da necessidade de atendimento remoto em virtude da pandemia e o isolamento social. Foi realizado nova metodologia em consonância com as Orientação do CGJ/CIJMPSC/SDS, que estabeleçam o retorno dos atendimentos. Assim, os/as adolescentes que tinham medida socioeducativa a serem

concluídas e tinham possibilidades tecnológicas, puderam participar desta modalidade ofertada por este serviço.

Oficina Socioeducativa Virtual foi uma parceria entre o Serviço de Medida Socioeducativa do CREAS ILHA de Florianópolis e o Centro de Empresa e escola - CIEE. O público alvo foram adolescentes e/ou jovens, entre 12 a 21 anos incompletos, que foram encaminhados para cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto nos CREAS Ilha de Florianópolis. O Projeto atendeu adolescentes para cumprir PSC e qualificou o cumprimento da LA dos/das adolescentes e jovens que participaram das oficinas. Foi trabalhada a seguinte trilogia: (1 - Rede social profissional, currículo tradicional e vídeo currículo; 2 - Entrevista tradicional e virtual; 3 - Dinâmica de grupo). Cada tema da trilogia teve uma hora de carga horária, totalizando 03 horas de curso, divididos em 03 encontros. Foi realizado 01 encontro por semana, a plataforma utilizada foi a Meet. Ao final do curso foi fornecido certificado ao/a adolescente/jovem que apresentou 100% de frequência. O(a) adolescente/jovem que finalizou o curso com o cumprimento total da carga horária teve preferência nas oportunidades de emprego/estágio disponibilizadas de Jovem Aprendiz pelo CIEE. Entre os profissionais envolvidos destacamos a equipe do CIEE Ana Paula Cirino, a equipe técnica, bem como a coordenadora do serviço de medida socioeducativa que pensou no projeto juntamente com a equipe do CIEE, Vara da Infância e Promotoria, toda a equipe técnica do serviço de medida socioeducativa que contactou os/as adolescentes para sensibilizar a participar do projeto bem como acompanhou os/as adolescentes na execução das medidas confeccionando o PIA, os relatórios para Vara da Infância, etc. A periodicidade: as oficinas aconteceram conforme demanda dos/das adolescentes, tendo em vista condições de tecnologia bem como a disponibilidade de oficinairo da instituição parceira. Objetivos: Cumprir a Medida socioeducativa de PSC; Fortalecer a cidadania, autonomia e protagonismo; Promover a integração ao mundo do trabalho; Incentivar o ingresso a cursos online que auxiliem em sua formação curricular; Incentivar a confecção ou atualização de documentos e exercício da cidadania; Despertar a consciência crítica do/da adolescente através da promoção de temas pertinentes a faixa etária e realidade local e global; Proporcionar, através do grupo de digitais, reflexões utilizando recursos

tais como: vídeos, textos, entre outras atividades pertinentes a faixa etária, que tornem a participação mais atrativa e lúdica.

Inicialmente realizamos nossa primeira parceria com o CIEE com o Projeto Trabalhando Juntos em 2019. Neste, os/as adolescentes com medida socioeducativa participaram do PIT e após sua conclusão, tiveram vagas junto a várias instituições públicas como Ministério Público, Ministério da Economia, etc, totalizando 19 vagas aproximadamente preenchidas por nossos(as) adolescentes/jovens.

Região Norte: Recebemos 4 (quatro) boas práticas encaminhadas de quatro estados diferentes que compõem a região norte do país. São estas:

1. 1. Projeto Aprendizagem na Medida (RR),
2. Refazendo Trilhas: Um novo olhar sobre a socioeducação (AC),
3. Entrevista de Justificação de Descumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (RO);
4. É Possível Restaurar o Amor e a Convivência Harmoniosa dos Socioeducandos (PA).

1. PROJETO APRENDIZAGEM NA MEDIDA (RR)

Ministério do Trabalho e Previdência/
Auditoria Fiscal do Trabalho
Thaís Silva de Castilho
Boa Vista/Roraima

Intersetorialidade nas práticas e ações de fomento de parcerias locais, municipais, estaduais e/ou institucionais que garantam o acompanhamento e encaminhamentos dos/das adolescentes em cumprimento de MSE/MA para as políticas setoriais e/ou programas específicos.

Promove o atendimento aos jovens que cumpriram ou cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e fechado no Centro Socioeducativo do Estado de Roraima.

O Projeto Aprendizagem na Medida encontra-se em sua terceira edição. Foi iniciada em novembro de 2021 sua terceira edição contemplando duas turmas de aprendizes de adolescentes que cumprem medidas

socioeducativas em meio aberto contando com 20 aprendizes e outra 19 aprendizes em meio fechado. No Brasil existem empresas que estão obrigadas a contratar aprendizes. A aprendizagem é contrato especial de trabalho e possibilita a inserção de jovens no mercado de trabalho na faixa etária de 14 a 24 anos de forma protegida com carteira assinada. O contrato de aprendizagem, previsto na CLT no seu art. 429, possibilita a profissionalização, considerando que o contrato tem sua carga horária dividida em teoria e prática. Algumas empresas enfrentam uma certa dificuldade de possibilitar que os aprendizes façam sua parte prática do curso em seu estabelecimento. O estabelecimento assim, ao ser fiscalizado pela Auditoria Fiscal do Trabalho, opta por contratar aprendizes na modalidade alternativa. Assim, firma com a Auditoria Fiscal do Trabalho um termo de compromisso que possibilita que a parte prática do curso seja realizado em local diverso ao de seu estabelecimento. Firmado o termo de compromisso, inicia-se as articulações intersetoriais para estabelecer onde será realizada a parte prática do curso de aprendizagem. Em Roraima, a parte prática do curso é feita em órgãos públicos que aderiram ao Projeto Aprendizagem na Medida.

A cada edição o desafio aumenta. Nesta edição, as vagas cresceram 100%. Houve necessidade de se buscar mais parceiros e independente do resultado (nosso objetivo é que o maior número de jovens concluam o curso de aprendizagem) é sempre muito revigorante saber que um público jovem tão vulnerável está tendo acesso a política da aprendizagem profissional. A cada edição, os parceiros se tornam mais próximos e as dificuldades que surgem ao longo da execução do projeto são contornadas mais facilmente por conta dessa proximidade.

Para a realização do Projeto Aprendizagem na Medida temos firmado um termo interinstitucional de cooperação entre órgãos e instituições. Assim, na atual edição temos um termo que será firmado por todos os parceiros necessários a sua execução. O termo será firmado entre a Superintendência Regional do Trabalho (MTP); Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Ministério Público do Trabalho (MPT); Setrabes - Secretaria do Trabalho e Bem-estar Social, Seed - Secretaria de Estado de Educação e Desporto; Semges - Secretaria Municipal de Gestão Social do Município de Boa Vista; e Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Com relação a replicabilidade do projeto, este já é realizado em outras unidades federativas do Brasil pela Auditoria Fiscal do Trabalho como no Estado da Bahia e Rio de Janeiro.

2. REFAZENDO TRILHAS: UM NOVO OLHAR SOBRE A SOCIOEDUCAÇÃO (AC)

Ministério Público do Estado do Acre
Vanessa de Macedo Muniz
Rio Branco- AC

<https://www.mpac.mp.br/mpac-inicia-2a-edicao-do-projeto-refazendo-trilhas> e Instagram :@mpacre

Intersetorialidade de práticas e ações de fomento de parcerias locais, municipais, estaduais e/ou institucionais que garantam o acompanhamento e encaminhamentos dos/das adolescentes em cumprimento de MSE/MA para as políticas setoriais e/ou programas específicos.

Promover o atendimento de adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

A Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), prevista como medida socioeducativa em meio aberto na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dever ser pautada pelo conteúdo pedagógico, sem descuidar do aspecto responsabilizador pela infração cometida. No município de Rio Branco, a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – SEMCAS mantém a Divisão de Atendimento Socioeducativo – DIASE como responsável pelos programas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), conforme tipificado legalmente e orientado tecnicamente pelos normativos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Uma das maiores dificuldades na execução das medidas de PSC é a possibilidade de ofertar locais de entidades parceiras como espaços de cumprimento da medida. Por vezes, o desconhecimento da efetividade da medida ou ainda, o preconceito por conta da trajetória do adolescente, faz com que os locais de cumprimento da medida, rejeitem a acolhida daqueles que, deveriam receber da sociedade, a possibilidade de refazer percursos eventualmente interditados por ocasião das condições de vulnerabilidade de ato infracional praticado.

Desta forma, o projeto surgiu pelo MPAC para contribuir com a DIASE com a possibilidade dos adolescentes de cumprirem a medida de PSC – imposta judicialmente – nas unidades ministeriais do MPAC sob o acompanhamento da equipe do projeto, da Promotoria Especializada de Medidas Socioeducativas, bem como o atendimento das famílias por meio de encontros metodologicamente preparados, e o posterior referenciamento dos/das adolescentes concluintes para o Programa de Aprendizagem Profissional/intermediação da mão de obra de forma a fechar o ciclo no cumprimento da medida.



Nas duas edições do projeto, foi possível observar o rompimento com a cadeia de atos infracionais praticados. Os adolescentes começaram a entender o motivo de preferir ter uma vida digna, melhorando assim o seu estudo, a sua convivência familiar e a sua atuação na comunidade. Os atendimentos aos familiares por meio dos encontros direcionados, contribuíram para o fortalecimento de laços familiares, a formação da própria identidade das famílias, realização de diagnóstico e encaminhamentos importantes para rede de serviços socioassistencial, de acordo com a necessidade de cada uma. O projeto possibilitou ainda a sensibilização da equipe acolhedora (Setores do MPAC) a respeito do contexto no qual o/a adolescente está inserido e a necessidade de uma oportunidade para desenvolvimento pessoal destes(as), resultando na adesão de novos setores para acolher os/as adolescentes.

Com o apoio do Ministério Público, foi possível o fortalecimento da Rede de execução de medidas, pois ampliou o número de instituições parceiras de cumprimento de PSC e LA no Município de Rio Branco, culminando na adesão de novos parceiros ao projeto, tais como: Associação dos Servidores do Ministério Público,

Bombeiros e Ministério do trabalho, dentre outros. Reconhecimento no 2º prêmio de gestão e inovação contemplou 21 trabalhos, distribuídos em sete categorias, sendo premiados o primeiro, segundo e terceiro lugar de cada uma, sendo que na categoria Criança e Adolescente, o projeto Refazendo Trilhas: Um novo olhar sobre a socioeducação, ficou em terceiro lugar na referida categoria.

O objetivo do projeto é, portanto, possibilitar o cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviço à comunidade nos variados serviços do MPAC durante o período de 3 a 6 meses, por meio de um conjunto de ações desenvolvidas com os/as adolescentes e suas famílias visando o afastamento da conduta infracional.

Descrição das ações/metodologia da prática: Alinhamento interno com órgãos de execução afins, órgãos auxiliares do MPAC e Administração Superior; 2. Seleção, por parte da DIASE, dos/das adolescentes encaminhados para os setores do MPAC, levando em consideração o ato infracional praticado, o tempo de cumprimento da medida e o turno da matrícula escolar; 3. Levantamento das possibilidades de cumprimento de medida de prestação de serviço à comunidade nas unidades do MPAC; 4. Avaliação do PIA (Plano Individual do Adolescente) dos selecionados pelo DIASE e definição do trabalho a ser desenvolvido no âmbito MPAC; 5. Organização das oficinas com a família dos/das adolescentes; 6. Realização de duas reuniões com diretores para definição do trabalho a ser desenvolvido no âmbito dos setores; 7. Realização de oficina preparatória com os/as adolescentes; 8. Confecção de camisetas, crachás e fichas de acompanhamento dos/das adolescentes durante as medidas; 9. Encontros (oficina) com famílias; 10. Acompanhamento familiar, por meio da realização de visitas domiciliares; 11. Encaminhamento dos/das adolescentes que cumprirem integralmente o programa de trabalho proposto para realização de cursos profissionalizantes; 12. Continuidade nas reuniões intersetoriais para a criação de um programa municipal de aprendizagem profissional com as Associações Comerciais, DETRAN e SENAC, etc; 13. Preenchimento dos instrumentais da DIASE e devolução das informações sobre o cumprimento da medida para encaminhamento à 2ª Vara da Infância e Juventude; 14. Participação em diversas reuniões em segmentos da saúde e assistência para ampliação das entidades parceiras de cumprimento de PSC no

município de Rio Branco, tais como Secretaria de Pequenos Negócios, Bombeiro e DETRAN. Profissionais envolvidos: Equipe da Promotoria e equipe técnica da DIASE. Locais das atividades: Setores do Ministério Público e algumas ações no Bombeiro, parque Capitão Siríaco, SENAC, dentre outros Parceiros: Divisão de Atendimento Socioeducativo do Município de Rio Branco - DIASE, SENAC, Instituto de Identificação, SINDICOL; Instituto Socioeducativo; empresas locais, Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/AC e SENAC, SENAI e Bombeiro.



Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, pois a acolhida dos/das adolescentes sentenciados em outras instituições públicas e privadas poderá proporcionar uma nova chance deste(a) adolescente que praticou ato infracional, mostrando-lhe as consequências do mundo do crime, acolhendo-o(a) como ser humano, sujeito de direitos a quem cabe ser protagonista de sua própria vida e garantia do acesso a bens e direitos que comumente lhes são negados, como a prática, cultura, educação e cursos profissionalizantes. Acreditamos ainda que a ampliação das entidades parceiras dispostas a receber o(a) socioeducando(a) será inovador, pois os profissionais dos referidos locais contribuirá com o protagonismo positivo dos/das adolescentes e para outras perspectivas de vida, notadamente pelos valores do estudo e do trabalho.

3. ENTREVISTA DE JUSTIFICAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (RO)

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Porto Velho - RO

Inovação das práticas e ações relacionadas às determinações judiciais e execução das medidas socioeducativas em meio aberto nas comarcas e Varas e Execução de Medidas Socioeducativas e no acompanhamento processual e psicossocial prestado aos adolescentes em cumprimento de MSE/MA e seus familiares no âmbito do Poder Judiciário.

Promove o atendimento aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto quando se encontram na condição de descumprimento da medida socioeducativa.

A Entrevista de Justificação tem como objetivo desburocratizar a execução da medida socioeducativa, trazer mais eficiência quanto ao cumprimento da medida, bem como uma alternativa que representa uma segunda chance a inúmeros adolescentes.

A Entrevista de Justificação consiste na vinda do/da adolescente e seu responsável à Seção de Acompanhamento da Execução das Medidas Socioeducativas por meio de Condução Coercitiva expedida pela autoridade judicial competente e cumprida por oficial de justiça. A entrevista de justificação é realizada pelo(a) Assistente Social ou Psicólogo(a) da Vara Infracional.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões, por oportunizar ao adolescente e à família exporem os motivos que os levaram ao descumprimento da medida socioeducativa, o que se faz imprescindível para concebermos novas formas de responsabilização que não se amparem na punição reiterada e desproporcional dos/das adolescentes a quem se atribui a autoria no cometimento de atos infracionais, sobretudo quando se encontram na condição de descumprimento da medida socioeducativa em meio aberto.

4. É POSSÍVEL RESTAURAR O AMOR E A CONVIVÊNCIA HARMONIOSA DOS SOCIOEDUCANDOS (PA)

Fundação Papa João XXIII(FUNPAPA)
Belém- PA

Inovação de práticas de fortalecimento dos vínculos efetivos das famílias dos/das jovens compreendendo que estes são primordiais para o sucesso do cumprimento da Medida Socioeducativa.

Promove o atendimento dos/das socioeducandos(as) e suas famílias.

Essa atividade surgiu a partir da observação que os/as jovens que possuíam um apoio familiar, cumpriam de maneira mais eficiente a MSE, enquanto, os/as jovens com conflitos na família, as vezes sem uma referência, muitas vezes descumpriam. Portanto, pensou-se em uma maneira de trabalhar essa temática e sobretudo, possibilitar aos jovens oportunidades de resgatarem o convívio familiar.

A atividade era desenvolvida no CREAS, com a presença do educador social, sendo realizada de forma individual e em grupo. Na individual, era realizada durante os acompanhamentos dos jovens e em grupo a partir de uma roda de conversa. Dentre os objetivos, estavam o resgate dos vínculos efetivos e da convivência harmoniosa entre os(as) socioeducandos(as) e suas famílias.

É de suma importância trabalhar atividades em que os/as jovens se sintam à vontade em partilhar seus anseios e conflitos e para isso é preciso uma atenção humanizada e com empatia.

Acreditamos que a boa prática pode ser executada em outras localidades, contextos e regiões por se tratar de uma atividade simples e leve que foi pensada para ser utilizada em outros espaços e contextos.

PROGRAMAÇÃO DOS WEBNÁRIOS

	13/12/2021 (Segunda-feira)	14/12/2021 (Terça-feira)	15/12/2021 (Quarta-feira)
Manhã	8h – 8h30: 1ª Mesa de Abertura e debate regional: Centro-Oeste Profa. Cynthia Bisinoto (CEAM-UnB) e Cibelle Dória (Gerente da Pesquisa do Diagnóstico sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto da Visão Mundial) 1) Ressocializando com Amor e Arte (GO) 2) Socioeducação baseada em projetos (DF) 3) Trampo no rolê (DF) 4) Oficina de Arte e Intervenção Urbana (DF) 1ª Rodada de Comentários, Perguntas e Debates INTERVALO (10h – 10h15) 5) Veste a Visão (DF) 6) Futebol na Quebrada (DF); 7) Meu Papel (DF). 11h30 – 12h Rodada Final de Comentários, Perguntas e Debate	8h – 8h30: Mesa de Abertura e debate regional: Nordeste Heridane Ferreira, Psicóloga do CRAS VI de Paulista, doutoranda (UFPE) e Walker Lima (Consultor Técnico da Pesquisa do Diagnóstico sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto) 1) Comissão SIMASE Recife (PE) 2) Audiência Coletiva de Engajamento de Adolescentes e Jovens nas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PE) 3) Ciranda – Uma evolução para a vida (PE) 4) Por uma Juventude em paz e segura (PE) 1ª Rodada de Comentários, Perguntas e Debates INTERVALO (10h – 10h15) 5) Programa Cidadão (PE) 6) Manual de atendimento socioeducativo em meio aberto de Fortaleza (CE) 7) Centro Integrado de Justiça Juvenil com espaço privilegiado de operacionalização do ECA (MA) 11h30 – 12h Rodada Final de Comentários, Perguntas e Debate	9h – 9h30: Mesa de Abertura e debate regional: Sudeste Dr. Bráulio de Magalhães Santos (UFJF); Ana Maria França (Pesquisadora da equipe da Pesquisa do Diagnóstico sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto) 1) Projeto de Extensão Laços/PUC Minas (MG) 2) Projeto Trampolim (MG) 3) Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas (MG) 1ª Rodada de Comentários, Perguntas e Debates INTERVALO (10h15 – 10h30) 4) Riscando o risco: o significado das tatuagens em adolescentes em conflito com a lei (SP) 5) Acolhimento e Atendimento humanizado e flexibilizado (ES) 6) Rota da Cultura: Passeios Culturais (ES) 11h30 – 12h Rodada Final de Comentários, Perguntas e Debate
Tarde	14h – 14h30: 2ª Mesa de Abertura e debate regional: Centro-Oeste Prof. Leandro Carvalho (UnB e Pesquisador do Conselho Nacional de Justiça) e Walker Lima (Consultor Técnico da Pesquisa do Diagnóstico sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto) 8) Cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade na Pandemia de COVID-19 no Distrito Federal (DF); 9) Acompanhamento de Saúde (DF); 1ª Rodada de Comentários, Perguntas e Debates INTERVALO (15h45 – 16h) 10) Acompanhamento IECAP (DF); 11) Horta em Pequenos Espaços - Projeto Virtual (DF); 17h30 – 18h Rodada Final de Comentários, Perguntas e Debate	14h – 14h30: Mesa de Abertura e debate regional: Norte Dra. Josineide Pamplona, Juíza do Tribunal de Justiça do Pará e Ana Maria França (Pesquisadora da equipe da Pesquisa do Diagnóstico sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto) 1) Projeto Aprendizagem na Medida (RR); 2) Refazendo Trilhas: Um novo olhar sobre a socioeducação (AC); 1ª Rodada de Comentários, Perguntas e Debates INTERVALO (15h30 – 15h45) 3) Entrevista de Justificação de Descumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (RO); 4) É Possível Restaurar o Amor e a Convivência Harmoniosa dos Socioeducandos (PA); 16h30 – 17h Rodada Final de Comentários, Perguntas e Debate	14h – 14h30: Mesa de Abertura e debate regional: Sul Bruna Koerich (PPGS/UFRGS); Alex Vidal (PPGEDU/UFRGS) e Guilherme Horstmann (Pesquisador da equipe da Pesquisa do Diagnóstico sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto) 1) Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS – PPSC (RS) 2) Caráter Pedagógico e Cultural nas Medidas Socioeducativas (RS) 1ª Rodada de Comentários, Perguntas e Debates INTERVALO (15h45 – 16h) 3) Passos e (des)compassos - Guia de Apoio à Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade (PR) 4) Projeto "Despertar" (SC) 5) Oficina Socioeducativa Virtual (SC) 17h30 – 18h Rodada Final de Comentários, Perguntas e Debate

Este relatório foi composto pela fonte Georgia,
papel utilizado para o miolo: Couché Brilho 90g e capa: Supremo 300g .
Impresso no parque gráfico da CCS Gráfica e Editora Ltda.

